

REGULAMENTO INTERNO



EXTERNATO CALIMERO



Introdução	3
PARTE I - PRINCÍPIOS GERAIS	4
PARTE II – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXTERNATO	4
Capítulo 1. Órgãos de Direção, Administração e Gestão do Externato	4
Capítulo 2. Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica	6
Capítulo 3. Serviços técnico-pedagógicos	7
PARTE III – Funcionamento do Externato	9
Capítulo 4. Oferta Educativa	9
Capítulo 5. Serviços de utilização obrigatória	11
Capítulo 6. Serviços de utilização facultativa	13
Capítulo 7. Outros serviços disponíveis	15
Capítulo 8. Outras estruturas e serviços e respetivo funcionamento	17
Capítulo 9. Visitas de estudo e outras atividades extracurriculares	19
Capítulo 10. Plano de emergência e exercícios de evacuação	19
Capítulo 11. Calendário escolar/ Organização das atividades letivas	20
PARTE IV – Educação Pré-escolar e 1ºCiclo do Ensino Básico	21
Capítulo 12. Educação Pré-escolar	21
Capítulo 13. Articulação entre a Educação Pré-escolar e o 1ºCiclo	24
PARTE V – Direitos e Deveres da Comunidade Educativa	29
Capítulo 15. Direitos e deveres do pessoal não docente	29
Capítulo 16. Direitos e deveres do pessoal docente	30
Capítulo 17. Direitos e deveres dos Pais e Encarregados de Educação	33
Capítulo 18. Direitos e deveres dos Alunos	36
Capítulo 19. Faltas e efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas	43
Capítulo 20. Ultrapassagem dos limites de faltas	45
Capítulo 21. Disciplina	46
Capítulo 22. Regulamento do Quadro de Honra e Quadro de Mérito	50
Capítulo 23. Disposições Finais	51



Capítulo 24. Anexos.....	53
Anexo I – Matriz Curricular Pré-escolar	54
Anexo II – Horário do Pré escolar	55
Anexo III - Critérios Gerais de Avaliação do Pré-Escolar	56
Anexo IV – Horários do 1ºCiclo.....	57
Anexo V - Matriz Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	59
Anexo VI - Critérios Gerais de Avaliação do 1.º Ciclo do Ensino Básico	60
Capítulo 25. Legislação em vigor	61



Introdução

O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

Lei de Bases do Sistema Educativo

(...) um regulamento interno que estabeleça as regras de convivência na comunidade escolar, a resolução de conflitos, de situações perturbadoras do regular funcionamento das atividades escolares e a aplicação de sanções a infrações cometidas (...)

Lei da Autonomia

O Regulamento Interno surge da necessidade de cada um assumir, no dia-a-dia da Escola, os seus direitos e deveres, contribuindo assim para melhorar as relações na comunidade e prática de vida efetiva numa sociedade democrática. A promoção da sua prática consciente e solidária por parte de todos os elementos - Alunos, Professores e Pessoal Não Docente - proporcionará mais ordem e menos situações de conflito.

O Regulamento Interno deve ser encarado pela positiva e não apenas como limitador da ação dos intervenientes no processo educativo.

Espera-se que as normas que aqui se estabelecem ajudem a que as atividades que se desenvolvem no Externato decorram mais harmoniosamente.

Qualquer caso de omissão no presente regulamento deverá ser submetido à decisão da Direção Pedagógica, após análise das decisões em concreto.

A matrícula no Externato e a sua frequência pressupõem implicitamente a aceitação dos princípios e orgânica pela qual o externato se rege: disciplina, normas, preçários, participação nas atividades festivas, reuniões,...

O ambiente escolar deve ser familiar, simples, de boa camaradagem, de amizade, respeito e disciplina.

Defender-se-ão em todas as circunstâncias os valores perenes da verdade, da justiça, da liberdade, do respeito mútuo, do bom relacionamento e da entre ajuda.

Este Externato, não sendo um estabelecimento de ensino especial ou de reabilitação não aceita alunos cujas deficiências exijam estruturas e cuidados de ensino especializado.

O externato dispõe de site www.externatocalimero.pt que permite a divulgação pública de toda informação acerca do mesmo de acordo com o artigo n.º 39º. Do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro.



PARTE I - PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1.º

(Objeto e Âmbito da Aplicação do Regulamento Interno)

O Regulamento Interno é o documento que define o regime de funcionamento do externato, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar e tem como objeto o disposto no artigo 49.º. Da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.

Este Regulamento Interno aplica-se a todos os seus órgãos, estruturas e serviços, bem como a toda a comunidade educativa: crianças, alunos, Pessoal Docente, Pessoal Não Docente, Pais e Encarregados de Educação e a todos os cidadãos que, de uma forma ou de outra, possam utilizar as instalações escolares.

PARTE II – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXTERNATO

Capítulo 1. Órgãos de Direção, Administração e Gestão do Externato

Artigo 2.º

(Composição)

Constituem órgãos de direção, administração e gestão do Agrupamento:

- O Diretor;
- O Conselho Pedagógico;
- O Conselho Eco-Escolas;

Artigo 3.º

(Conselho de Direção/Administração)

1. O Conselho de Direção do Externato é constituído pela Diretora Pedagógica que é simultaneamente proprietária do Externato e pelo seu associado (também ele proprietário).
2. O Conselho de Direção tem as seguintes competências:
 - a) Definir critérios de preparação e funcionamento do ano letivo e de implementação de apoio pedagógico.
 - b) Dinamizar a coordenação interdisciplinar.
 - c) Colaborar na intervenção das necessidades dos meios e estruturas.
 - d) Assegurar a formação permanente das docentes.
 - e) Analisar problemas eventuais e dar-lhes a respetiva solução.
 - f) Decidir sobre as iniciativas ou pedidos do âmbito escolar, respeitando a criatividade particular, garantindo o funcionamento geral e o cumprimento do orçamento do Externato.
 - g) Incrementar obras necessárias.
 - h) Autoriza os gastos de acordo com o orçamento do Externato e ordena os pagamentos.
 - i) Apoia a Direção no que se refere a decisões sobre despesas ou orçamentos extra.



Artigo 4.º

(Diretor)

1. Para além das atribuições e competências do Diretor previstas no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, definem-se ainda as seguintes:
 - a) Ser representante perante a Comunidade Educativa, o Ministério da Educação e outras instâncias;
 - b) Responder pelo funcionamento geral do externato;
 - c) Admitir e demitir pessoal docente e não docente e formalizar os respetivos contratos;
 - d) Admitir e excluir os alunos de acordo com os critérios estabelecidos;
 - e) Convocar e presidir às reuniões Pedagógicas;
 - f) Assinar os certificados e documentos escolares;
 - g) Zelar pelo cumprimento do calendário letivo;
 - h) Facultar a informação requerida pelas autoridades educativas competentes;
 - i) Fazer chegar a informação sobre a vida do Externato aos diferentes setores da Comunidade Educativa;
 - j) Cumprir e fazer cumprir as leis e outras disposições vigentes;
 - k) Autorizar os gastos de acordo com o orçamento do Externato e ordenar os pagamentos;
 - l) Nomear os cargos educativos para os diferentes setores da Comunidade Educativa, de acordo com as suas competências;
 - m) Atender os Pais/Encarregados de Educação sempre que estes o solicitem ou seja necessária a sua integração;
 - n) Atender os alunos que requeiram a sua intervenção como garante do cumprimento das normas do Externato, da disciplina, do bom ambiente e do respeito mútuo;
 - o) Ter conhecimento e organizar as substituições em caso de faltas;
 - p) Atender aos pedidos de faltas dos professores e confirmar a sua licença justificada;
 - q) Enviar sobre a forma de circular todas as informações úteis aos Encarregados de Educação;

Artigo 5.º

(Conselho Pedagógico)

1. O Conselho Pedagógico é composto por três elementos, distribuídos da seguinte forma:
 - a) Diretor;
 - b) Professor coordenador do 1ºCiclo;
 - c) Psicóloga Educacional;
2. Para além das competências definidas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, de acordo como artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 ao Conselho Pedagógico compete ainda:
 - a) Aprovar o Projeto Pedagógico do Jardim-de infância;
 - b) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a constituição das turmas;
 - c) Intervir, nos termos da lei, no processo de avaliação dos discentes.
 - d) Elaborar a proposta do projeto educativo;



- e) Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual;
 - f) Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente;
3. Para além do definido no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho de 2012 deve-se ter em consideração o seguinte:
- a) O Conselho Pedagógico reúne, ordinariamente uma vez por mês, ocorrendo essa reunião na última sexta de cada mês, com início às 18h 30m;
 - b) O Conselho Pedagógico reúne, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo Diretor, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções, ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Geral o justifique.

Artigo 6.º **(Conselho Eco-escolas)**

1. O Conselho Eco-Escolas foi criado de acordo com o guia do Eco-Escolas, guia que rege o funcionamento deste programa. É composto por quinze elementos, distribuídos da seguinte forma:
- a) Diretor;
 - b) Docentes;
 - c) Um representante do pessoal não docente;
 - d) Um representante dos encarregados de educação;
 - e) Um representante da Divisão do Ambiente da Câmara Municipal de Sintra;
 - f) Um representante dos alunos do 1º ano do 1º ciclo;
 - g) Um representante dos alunos do 2º ano do 1º ciclo;
 - h) Os onze alunos que constituem a turma do 3º e 4º ano do 1º ciclo;
2. O Representante do pessoal não docente será designado pelo diretor.
3. O Representante dos Pais e Encarregados de Educação será designado pelo diretor e docentes.
4. Para além das competências definidas no Regulamento do Programa Eco-Escolas, ao Conselho Eco-Escolas compete ainda definir, aprovar e fazer cumprir o Plano de Ação.
5. O Conselho Eco-escolas reúne pelo menos duas vezes durante o ano letivo.

Capítulo 2. Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica

Artigo 7.º **(Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica)**

1. As estruturas de coordenação e supervisão pedagógica do Externato são as seguintes:
- a) O Diretor
 - b) Conselho de docentes;
 - c) Coordenador do 1º ciclo;



2. A Comissão de coordenação da avaliação do desempenho dos docentes é composta pelo Diretor, que preside a esta Comissão, e ainda por um professor titular designado pelo Conselho Pedagógico.
3. As competências da Comissão de coordenação da avaliação do desempenho dos docentes são as que se encontram definidas no artigo 12.º, ponto 3 do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho.
4. Constituem o Conselho de docentes, todos os educadores/professores em exercício de funções nesse estabelecimento de ensino.
5. O Conselho de docentes tem as seguintes competências:
 - a) Colaborar com o Conselho Pedagógico e o Diretor na elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo, do Projeto Curricular, do Plano Anual de Atividades e do Regulamento Interno do Externato;
 - b) Analisar a oportunidade da adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
 - c) Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de atuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação da aprendizagem;
 - d) Garantir a avaliação dos alunos, nos termos do Despacho nº24-A/2012, de 6 de dezembro;
 - e) Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
 - f) Propor e planificar formas de atuação junto dos pais e encarregados de educação visando o seu apoio à ação educativa e formativa da escola;
 - g) Dinamizar e coordenar a realização de projetos interdisciplinares das turmas;
 - h) Elaborar propostas curriculares diversificadas em função da especificidade dos grupos de alunos.
6. O coordenador do 1º ciclo é designado pelo Diretor.
7. Ao **coordenador do 1º ciclo** compete:
 - a) Fomentar a articulação das atividades e promover a troca de experiências e cooperação entre os professores do mesmo ano de escolaridade;
 - b) Articular e harmonizar os conteúdos programáticos entre todos os anos do 1ºciclo;
 - c) Promover a articulação interdisciplinar;
 - d) Acompanhar a implementação dos Projetos Curriculares de Turma/Planos de atividades;
 - e) Colaborar na definição de estratégias, sempre que se apresentem situações que o justifiquem;
 - f) Acompanhar/avaliar os planos de recuperação/acompanhamento;
 - g) Identificar necessidades de formação no âmbito da direção de turma.

Capítulo 3. Serviços técnico-pedagógicos

Artigo 8.º (Equipa multidisciplinar/Serviços técnico-pedagógicos)

1. De acordo com o artigo 35º. da Lei nº51/2012, de 5 de setembro, constituiu-se uma equipa multidisciplinar destinada a acompanhar os alunos, designadamente aqueles que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas previstos no presente Estatuto.



2. A Equipa Multidisciplinar/ Ensino Especial do Externato é formada pela Psicóloga Educacional (Coordenadora de Equipa), pela Docente Coordenadora do 1º Ciclo e pela docente do pré-escolar. A organização e o funcionamento desta equipa encontram-se definidos em regimento interno que se encontra disponível em dossier próprio no gabinete do diretor.
3. A atuação da equipa tem os seguintes objetivos:
 - a) Inventariar as situações problemáticas com origem na comunidade envolvente, alertando e motivando os agentes locais para a sua intervenção, designadamente preventiva;
 - b) Promover medidas de integração e inclusão do aluno na escola tendo em conta a sua envolvência familiar e social;
 - c) Atuar preventivamente relativamente aos alunos que se encontrem nas situações referidas no n.º 1;
 - d) Acompanhar os alunos nos planos de integração na escola e na aquisição e desenvolvimento de métodos de estudo, de trabalho escolar e medidas de recuperação da aprendizagem;
 - e) Supervisionar a aplicação de medidas corretivas e disciplinares sancionatórias, sempre que essa missão lhe seja atribuída;
 - f) Estabelecer ligação com as comissões de proteção de crianças e jovens em risco, designadamente, para os efeitos e medidas previstas neste Estatuto, relativas ao aluno e ou às suas famílias;
 - g) Promover as sessões de capacitação parental, conforme previsto nos n.º 4 e 5 do artigo 44.º da Lei nº51/2012, de 5 de setembro;
 - h) Promover a formação em gestão comportamental, constante do n.º 4 do artigo 46.º;
 - i) Assegurar a mediação social, procurando, supletivamente, outros agentes para a mediação na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação.
4. Os **serviços técnico-pedagógicos** compreendem as seguintes áreas:
 - a) Apoio pedagógico acrescido;
 - b) Serviços de psicologia e orientação;
5. Para assegurar as condições de recuperação utilizam-se medidas de Apoio Pedagógico, a fim de que os alunos adquiram os conhecimentos e as competências e desenvolvam as capacidades, atitudes e valores consignados do currículo. Este apoio será prestado pela Professora Titular no horário letivo ou extracurricular.
6. Os **serviços de psicologia e orientação** têm como objetivo acompanhar os alunos ao longo do seu percurso escolar, através do desenvolvimento das suas atribuições ao nível da Orientação Vocacional e do Apoio Psicopedagógico, visando também contribuir para a melhoria do sistema de relações na comunidade escolar e entre esta e o meio envolvente, como está consignado no Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio. É da responsabilidade da Psicóloga Educacional.
7. O apoio psicopedagógico é também da responsabilidade da Psicóloga Educacional. Destina-se à despistagem de problemas de adaptação e/ou aprendizagem e encaminhamento. Ocupa-se da orientação e apoio às atividades pedagógicas do Externato. Este apoio funciona em horário curricular para os alunos que o necessitem, utilizando as modalidades e estratégias adequadas a cada caso.



8. O apoio às crianças com necessidades Educativas especiais é realizado em parceria entre a Psicóloga Educacional do Externato, a Educadora Titular e a Educadora de Apoio destacada pela Equipa de Intervenção Local do Conselho de Sintra. Na valência de 1ºCiclo, este apoio é da responsabilidade da Equipa de Ensino Especial do Externato. Em ambas as situações, o apoio é prestado no Externato.
9. O plano de atividades do **serviço de psicologia e orientação** deverá fazer parte integrante do plano anual de atividades do Externato.

PARTE III – Funcionamento do Externato

Capítulo 4. Oferta Educativa

Seguidamente apresentam-se as valências existentes no Externato.

Creche – Com Berçário, Sala de Aquisição da Marcha e Sala dos 2 anos. Dirigido a alunos desde os 4 meses até aos 2 anos de idade.

Jardim de Infância – destina-se a crianças entre os 3 e os 5 anos de idade, têm como objetivo prestar serviços vocacionados ao desenvolvimento e aprendizagem da criança, proporcionando atividades educativas e atividades de apoio à família. A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.

1ºCiclo do Ensino Básico - é constituído pelo 1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade, com uma formação bastante abrangente e igual para todos os alunos. Ao longo deste ciclo os jovens vão adquirir conhecimentos e desenvolver competências específicas e globais, essenciais para o prosseguimento de estudos.

Artigo 9.º (Horário)

1. O Externato Calimero funciona das 7:00 às 20:00 horas.
2. Durante o ano letivo as aulas do 1ºciclo do ensino Básico, começam às 9:00h terminando às 16:30h.
3. No 1ºCiclo, após terminar a componente letiva segue-se o período do lanche. Terminando este as crianças tem recreio até às 17:00h. A essa hora dirigem-se uma das salas do 1ºCiclo para a sala de estudo até 17:30h.
4. Para o Pré-escolar o início das atividades é às 9:00h terminando às 16:00h. Após cessarem as atividades pedagógicas com a Educadora, segue-se o período do lanche. Terminado este, e após o período de recreio as crianças que permaneçam no externato regressam às salas onde em conjunto com as vigilantes, têm atividades de carácter lúdico.



Artigo 10.º

(Renovação de matrícula)

1. O ato da renovação de matrícula é comunicado através de circular com destacável onde consta o prazo e todas as condições inerentes a este processo. Os encarregados de Educação, preenchem e devolvem o destacável sendo este prova de que receberam a respetiva circular.
2. O Encarregado de Educação deve preencher um impresso próprio para o efeito, em que expressará as alternativas que pretende quanto às opções facultativas, como refeição, transporte, ...
3. A propina da renovação está sujeita à alteração anual.
4. A renovação de matrícula é considerada válida quando:
 - a) A propina do valor da renovação de matrícula é liquidada na totalidade. O valor depois de pago não será devolvido;
 - b) A renovação de matrícula do aluno e a continuação da admissão neste Externato compromete os Encarregados de Educação a conhecerem e a cumprirem as normas regulamentares e o respetivo preçário em vigor;
 - c) O valor da propina de renovação, inclui o seguro escolar obrigatório;
5. O Externato só garantirá renovação de matrícula até ao limite do número de vagas, para cada turma, determinado pelo Ministério da Educação.
6. O Externato só garantirá a continuidade do mesmo número de turmas, em cada ano, desde que o número de alunos inscritos o justifique.
7. No caso de 1 ou mais filhos frequentarem o Externato, haverá um desconto de 10% na mensalidade do filho menor;
8. O Externato não aceitará a renovação da matrícula nas seguintes situações:
 - a) Quando os Encarregados de Educação não cumprem o prazo estabelecido para o efeito.
 - b) Quando há informação verbal da parte do Encarregado de Educação e manifestação de vontade da não renovação de matrícula por não se identificar com o Projeto Educativo, Regulamento Interno, ou qualquer outro parâmetro relacionado com a prática educativa do Externato.
 - c) Quando se entende não haver cumprimento da responsabilidade dos pais ou encarregados de educação, tal como previsto no artigo 43º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.
 - d) Quando o aluno, durante o ano letivo, tenha sido sujeito a medidas corretivas ou medidas disciplinares sancionatórias, sem que haja por parte do mesmo e do encarregado de educação reconhecimento dos factos e mudança de atitude e comportamento.
 - e) Quando se encontram valores em dívida.



Artigo 11.º

(Matrícula/admissão de novos alunos)

1. A admissão de novos alunos é feita após o prazo estabelecido para as renovações de matrícula.
2. No ato da matrícula, o Encarregado de Educação deve preencher um impresso próprio para o efeito, em que expressará as alternativas que pretende quanto às opções facultativas, como refeição, transporte, ...
3. A propina de inscrição está sujeita à alteração anual.
4. Os alunos são considerados matriculados quando:
 - a) Quando paga a propina de inscrição. O valor da inscrição depois de pago não será devolvido;
 - b) A matrícula do aluno e sua respetiva admissão neste Externato compromete os Encarregados de Educação a conhecerem e a cumprirem as normas regulamentares e o respetivo preçário em vigor;
 - c) O valor da propina de inscrição/matricula, inclui o seguro escolar obrigatório;
5. O Externato só garantirá matrícula até ao limite do número de vagas, para cada turma, determinado pelo Ministério da Educação.
6. O Externato só garantirá a continuidade do mesmo número de turmas, em cada ano, desde que o número de alunos inscritos o justifique.
7. No caso de 1 ou mais filhos frequentarem o Externato, haverá um desconto de 10% na mensalidade do filho menor;
8. A seriação das crianças/alunos(as), que ingressam pela primeira vez no Externato obedece à aplicação sequencial dos seguintes critérios:
 - a) Irmãos de crianças que já frequentam o Externato;
 - b) Crianças/alunos, filhos de colaboradores;
 - c) Outros candidatos.
9. Dentro de cada um dos grupos de candidatos a seriação resulta da ponderação das variáveis:
 - a) Data de nascimento (devidamente comprovada por documento oficial)
 - b) Com prioridade para as crianças mais velhas no caso da Educação Pré-Escolar e do 1º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico e para as crianças mais novas no caso de transferência nos anos subsequentes ao 1º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico;
 - c) Poderão ainda ser aceites inscrições/matrículas de crianças nos anos iniciais de ciclo (Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico) desde que completem 3 e 6 anos, respetivamente, entre 15 de setembro e 31 de dezembro, estando a sua admissão condicionada aos requisitos e à aplicação dos critérios enunciados.
 - d) No caso do 1.º Ciclo do Ensino Básico (a partir do 2º ano), para além da aplicação sequencial dos critérios anteriormente referidos, os candidatos externos realizam provas internas para aferição de conhecimentos de língua portuguesa e matemática.



Capítulo 5. Serviços de utilização obrigatória

Artigo 12.º

(Mensalidade Básica)

1. A mensalidade compreende:
 - a) Lecionação conforme Plano Curricular Anual (das 9:00 às 16:15 horas com interrupção para almoço) e vigilância das 8:00 às 18:00 horas)
 - b) Educação Física para o Ensino Infantil e 1ºCiclo (todos os anos);
 - c) Língua Inglesa no 1ºCiclo;
 - d) Apoio do Gabinete psicopedagógico;
 - e) Apoio pedagógico no 1ºCiclo;
 - f) Formação Pessoal e social onde inserimos o Projeto de Iniciação à Leitura e à escrita no Jardim de Infância dinamizado pela Psicóloga do Externato e projeto Psicopedagógico no 1ºCiclo dinamizado pela mesma;
2. A mensalidade básica não compreende os apoios especializados previstos no Decreto-Lei nº3/2008, que não estejam incluídos na oferta educativa, da alínea 2.2 e 2.3. Assim, todos os custos destes serviços especializados serão da responsabilidade dos Encarregados de Educação.

Artigo 13.º

(Matrícula/Seguro Escolar)

1. A Matrícula inclui o seguro escolar obrigatório que cobre despesas de tratamento até 1500.00 Euros.

Artigo 14.º

(Material escolar)

1. O material escolar de utilização coletiva, é fornecido pelo Externato, é composto por: cadernos escolares, folhas de teste, fotocópias de apoio à lecionação e todo o restante material constante de uma lista que no 1º dia de aulas será entregue aos alunos. Este material será debitado a todos os alunos inscritos, em duas mensalidades, nos meses de novembro e março. O Material de utilização individual deve ser adquirido pelos Encarregados de Educação e consta de uma lista entregue no 1º dia de aulas.

Artigo 15.º

(Equipamento Escolar)

2. O bibe, o panamá e o equipamento para a Expressão Físico-motora são de utilização obrigatória.



Capítulo 6. Serviços de utilização facultativa

Artigo 16.º

(Extensão do Horário)

1. O Externato dispõe de dois períodos de extensão de horário. De manhã das 7:00 às 8:00 horas e de tarde, das 18:00 às 20:00 horas. Os alunos que permaneçam nestes horários deverão pagar um valor extra, conforme Preçário, entregue aos Encarregados de Educação e afixados na secretaria.

Artigo 17.º

(Alimentação fornecida pelo Externato)

1. A alimentação que o Externato fornece é adequada às necessidades de crescimento das crianças.
2. A ementa é afixada no refeitório, na secretaria e encontra-se na área reservada do site para conhecimento dos Encarregados de Educação.
3. O almoço será constituído por 1ºprato – sopa; 2ºprato – peixe ou carne (acompanhado de arroz, batata, massa ou legumes) e 3ºprato – sobremesa (fruta, leite creme, pudim, mousse, arroz doce ou salada de fruta);
4. O lanche será constituído por: leite, sumo ou iogurte, acompanhado por cereais, sanduíches variadas, croissant, pão de leite ou bolo;
5. Os alunos que necessitem de dieta, deverão solicitá-la ao início da manhã.
6. Qualquer alteração na alimentação ao mês, seja por motivo de Férias seja por outro impedimento deve ser comunicada ao Externato, até ao dia 25 do mês anterior. O almoço e lanche, ou apenas um deles, não é suscetível de qualquer crédito se o aluno não utilizar esse serviço seja por férias ou outro impedimento. A única exceção é a doença sempre que haja justificação médica.

Artigo 18.º

(Serviço de Refeitório)

1. A refeição deve ser um momento de franca e agradável convivência, respeitando as normas de civismo cultivadas no ambiente familiar;
2. Os refeitórios são locais que, para o seu pleno funcionamento, requerem de todos uma atitude correta e delicada;
3. Isto supõe dos alunos: observar as normas de educação à mesa, entrada e saída ordenada e calma, falar baixo, obedecer aos funcionários responsáveis;
4. Os alunos são conduzidos ao refeitório pelos Professores e Educadores;



5. Além dos funcionários que lhe são próprios, encontram-se vigilantes que acompanham as crianças nas refeições;
6. Além dos almoços fornecidos pelo Externato, é também facultado o serviço de Refeitório aos alunos que trazem as refeições de casa. Estes devem trazer a comida somente em termos;
7. Todos os recipientes e cestos devem vir marcados para se evitar trocas desnecessárias. Os pratos, copos e talheres para o almoço e lanche serão fornecidos diariamente pelo Externato;
8. As refeições avulsas serão debitadas no final de cada mês, juntamente com as mensalidades;
9. Quando um aluno pretende servir-se do almoço ou do lanche avulso, terá de ser entregue um aviso escrito do Encarregado de Educação à funcionária responsável pelo refeitório, pela manhã, logo que o aluno chegue;
10. Se alguma criança não pode sistematicamente tomar algum alimento (quer por alergia quer por outro motivo) deve avisar atempadamente a Professora/Educadora e a funcionária do Refeitório para que se tome as devidas providências nas refeições;

Artigo 19.º

(Manuais escolares)

1. Os livros obrigatórios serão fornecidos pelo Externato. Os Pais que não o desejarem deverão comunicá-lo ao Externato até 24 de junho. Após esta data os livros serão encomendados para todos os alunos inscritos, sendo debitados na mensalidade de Outubro.

Artigo 20.º

(Transporte Escolar)

1. O Externato dispõe de transporte de crianças para algumas zonas do concelho. Este transporte funciona durante todo o ano letivo exceto em Agosto. A carrinha circula cumprindo as regras de trânsito, tendo em atenção a segurança das crianças.
2. Os alunos serão entregues nas paragens combinadas. Se não estiverem a esperá-los na hora marcada, voltam para o Externato, tendo os Pais de os ir buscar. No período de manhã se o horário não for cumprido por parte do aluno/encarregado de educação, terá este último de o trazer ao externato.
3. Sem aviso prévio, nenhum aluno que utilize o transporte do Externato poderá sair numa paragem diferente da habitual.

Artigo 21.º

(Atividades Extracurriculares)

1. As atividades extracurriculares que existem a funcionar este ano são a Nataação, o Ballet e o Judo.



Capítulo 7. Outros serviços disponíveis

Artigo 22.º

(Recreio)

1. Ao meio da manhã, das 10:15h às 10:45h, a seguir ao almoço, das 12:45h às 13:30h os alunos do 1ºCiclo do Ensino Básico têm um recreio vigiado pelas vigilantes. O Recreio das 15:00h às 15:15h é vigiado pelas docentes. A seguir ao lanche, há outro recreio até às 17:30h vigiados pelas vigilantes.
2. O recreio do Pré-escolar realiza-se das 11:10h às 11:45h (vigiado pelas educadoras e vigilante) e das 12:45h às 13:15h (vigiado pela vigilante).
3. Os recreios devem proporcionar um convívio de sã confraternização e refazer o espírito para uma nova tarefa de aprendizagem.
4. Nos recreios os alunos devem dirigir-se para os locais destinados, não devendo ficar nas salas de aulas e corredores.

Artigo 23.º

(Sala de Estudo)

1. Funciona, após o intervalo do lanche, sala de estudo vigiada, para os alunos do 1ºCiclo do ensino Básico.

Artigo 24.º

(Biblioteca de Turma)

1. Para além das áreas de leitura existentes nas salas existe a biblioteca dos alunos que contém um número razoável de livros organizados por áreas temáticas.
2. A biblioteca funciona em horário livre, sendo utilizada sempre que os Professores o entendam. Além dos livros guardados em armários, têm à sua disposição em expositores, revistas e brochuras de menor importância, que poderão consultar nos recreios de chuva.

Artigo 25.º

(Outras Instalações Escolares Específicas)

1. As instalações a seguir discriminadas possuem normas específicas de utilização: salas de aula, halls, zona polivalente, pátio de recreio.
2. A zona polivalente funciona como ginásio, refeitório e recreio coberto.
3. As estruturas devem ser utilizadas pelos alunos com a devida precaução. As crianças só poderão andar nos aparelhos do recreio sentadas e respeitando as devidas normas de segurança.



4. No recreio encontra-se um cesto de lixo onde este deve ser colocado.
5. Em dias que o tempo não permita, o recreio realiza-se na zona polivalente. No local da biblioteca podem ser utilizados jogos lúdicos que estão à disposição dos alunos, em dias de chuva, durante os recreios ou quando as Professoras e Educadoras o desejarem.

Artigo 26.º

(Doenças e Medicamentos)

1. Sempre que um aluno necessite de tomar medicamentos no Externato é necessário que a caixa do medicamento venha identificada com o seu nome e as horas a que é tomado. Os alunos não devem trazer os medicamentos dentro do cesto ou mochila. Estes deverão ser entregues à vigilante que recebe o aluno, quer seja no Externato, ou no transporte.
2. Nos casos em que o aluno tenha sofrido de doença infectocontagiosa, o seu regresso ao Externato deve ser acompanhado de Atestado Médico comprovativo da sua total recuperação.
3. As crianças que apresentarem febre, vómitos, diarreia ou qualquer outra doença transmissível a outras crianças, os Encarregados de educação serão contactados e a criança não poderá permanecer no Externato.

Artigo 27.º

(Primeiros Socorros)

1. No Externato existe armário de primeiros socorros, tem o material indispensável para tratar pequenas escoriações e indisposições, que deve ser utilizado sempre que ocorre algum acidente ou indisposição nos elementos da comunidade escolar, quer sejam alunos, docentes ou funcionários.
2. Se o acidente necessitar de intervenção mais especializada, o Externato após os primeiros socorros, procura entrar em contacto com o Encarregado de Educação para o informar e solicitar a sua presença no acompanhamento do aluno ao Hospital. Se não conseguir entrar em contacto com o Encarregado de Educação, o Externato leva a criança ao Centro de Saúde ou ao Hospital e tentará contactar posteriormente com o Encarregado de Educação.
3. Sempre que um aluno é transportado para o hospital é acompanhado por um funcionário da escola que levará a fotocópia do cartão de assistência médica do aluno.
4. Caso seja necessário efetuar algum pagamento, o recibo deve ser entregue na secretaria para ser posteriormente enviado à seguradora para reembolso. Uma vez que a seguradora tenha aceite e satisfeito as despesas, a secretaria do externato entrega essa importância ao Encarregado de Educação.

Artigo 28.º

(Artigos de uso pessoal)

1. Todos os objetos dos alunos (roupas, cestos, medicamentos, material escolar, ...) devem vir marcados com o seu nome. Sempre que houver alguma troca, os pais devem chamar a atenção para o sucedido.



2. É obrigatório o uso diário do bibe e do chapéu, modelo do externato. Fato de treino, Calção e T-shirt (Modelos do externato), para a Ginástica. (O calção e a T-shirt serão usados também durante o período da praia.) O bibe deverá vir diariamente vestida de casa. Todo o vestuário deve estar marcado com o nome da criança.
3. O Externato não se responsabiliza por perdas ou danos de brinquedos, bibes, outro objetos ou valores trazidos de casa.

Artigo 29.º

(Autorizações de Saídas)

1. Os alunos só serão entregues a pessoas estranhas ao Externato quando os Pais o indiquem previamente exclusivamente por escrito, designando e identificando quem levará o aluno.
2. Os alunos que saiam do externato sozinhos quer para almoçar, quer no fim do dia escolar, só o poderão fazer depois dos seus Encarregados de Educação assinarem a respetiva declaração de conhecimento e responsabilização por essas saídas.
3. Quando forem realizadas saídas de estudo, os alunos só poderão sair do externato com a devida autorização dos encarregados de educação. Os alunos que à data da visita não tiverem entregue a respetiva autorização, ficarão no Externato. Estas visitas serão calendarizadas no início do ano escolar, de acordo com o Projeto Educativo do Externato.

Capítulo 8. Outras estruturas e serviços e respetivo funcionamento

Artigo 30.º

(Serviços administrativos)

1. Atende os Encarregados de Educação, Alunos e Docentes e não Docentes em tudo o que diz respeito a inscrições/matriculas, renovações de matrícula, marcações de entrevistas e contagem de tempo de serviço.
2. Pode ainda passar declarações de frequência e de aproveitamento para fins de subsídios concedidos pelas empresas e organismos do Estado.
3. Aceita a partir de Janeiro pré-inscrições para a frequência da valência de creche.
4. Anuncia por circular, as datas exatas para as renovações de matrícula dos alunos e documentos necessários:
 - Cédula Pessoal ou Bilhete de Identidade
 - Boletim de vacinas
 - Cartão do Médico

Artigo 31.º

(Férias)

1. Durante as interrupções letivas do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão, o Externato manter-se-á aberto para os alunos que o desejarem frequentar, embora não existam atividades escolares. Existirão, no entanto, atividades lúdicas e desportivas orientadas, cujo programa será afixado.



2. O Externato encerra na 1ªquinzena do mês de Agosto. Manter-se-á aberto na 2ªquinzena se houver um número mínimo de 5 alunos a frequentar. Encerra na 3ªfeira de Carnaval, no dia 29 de Junho (feriado do concelho) e no dia 26 de dezembro;
3. A direção reserva-se o direito de encerrar o Externato, no caso de surgirem situações excecionais, tais como, epidemias, faltas de água persistente, eletricidade, gás, tumultos, entre outras.

Artigo 32.º **(Pagamento das Mensalidades)**

1. Devido à necessidade de liquidação de encargos com o pessoal 14 vezes por ano, e aos encargos fixos durante 12 meses, a mensalidade terá de ser liquidada durante **11 meses (de setembro a julho)**, sendo a mensalidade do mês de Julho liquidada em seis prestações sucessivas, a partir do mês de Janeiro inclusive;
2. O pagamento das mensalidades é efetuado até ao dia **8 do mês a que respeitam ou no dia útil seguinte**;
3. O pagamento após o dia 8 de cada mês ou após o dia útil seguinte, será sujeito a uma **sobretaxa mensal de 10%**, sempre que houver reincidência;
4. Todos os itens de fornecimento indicados pelo Encarregado de Educação (alimentação, transporte, horários extraordinários e atividades extracurriculares), à exceção da frequência da escolaridade obrigatória, serão suspensos em caso de não pagamento de duas mensalidades consecutivas e até à total liquidação dos valores em dívida.
5. A 2ªquinzena de Agosto será apenas paga por quem a frequentar.
6. No final do 1ºciclo ou em caso de transferência para outro Estabelecimento de Ensino, os Encargos de despesas com o envio do Processo do Aluno (até 12.00Euros) serão suportados pelo Encarregado de Educação.

Artigo 33.º **(Alterações às condições de frequência)**

1. Todas as alterações às condições de frequência do aluno (alimentação, transporte, atividades extracurriculares), deverão ser comunicadas, impreterivelmente, até ao dia 25 do mês anterior. Se o dia 25 não coincidir com um dia útil, as alterações deverão ser comunicadas até ao dia útil imediatamente a seguir.

Artigo 34.º **(Desistências)**

1. Em caso de desistência do aluno, o Encarregado de Educação terá de comunicar à Direção, por escrito, em impresso próprio existente na receção do Externato, até ao dia 25 do mês anterior.
- Em caso de desistência não são devidas quaisquer devoluções, quer no que respeita às mensalidades, quer no que respeita à propina da matrícula.



Artigo 35.º **(Subsídios às mensalidades)**

1. Os Encarregados de Educação podem concorrer a um subsídio de comparticipação das anuidades, concedido pelo Ministério de Educação. A referida comparticipação a receber dependerá da capitação do respetivo agregado familiar.
2. A documentação a entregar para a candidatura, bem como os escalões de capitação serão comunicados por meio de circular, depois do Ministério de Educação enviar as condições para o ano letivo corrente.

Artigo 36.º **(Reuniões de Encarregados de Educação)**

1. Realizam-se quatro reuniões de Encarregados de Educação ao longo do ano escolar, sendo a primeira antes do início do ano letivo.
2. As entrevistas com os Professores/Educadores devem ser marcadas com antecedência mínima de 24 horas, através de contacto com a Docente, pelos Pais/Encarregados de Educação.

Capítulo 9. Visitas de estudo e outras atividades extracurriculares

Artigo 37.º **(Visitas de estudo)**

1. As visitas de estudo ou outras atividades extracurriculares devem estar integradas no Projeto Curricular de Escola e no Plano Anual de Atividades do Externato, dando cumprimento ao Projeto Educativo.
2. Na organização das atividades os professores devem preencher os impressos próprios, que são os seguintes:
 - a) Plano da visita de estudo que inclui uma estimativa de custos;
 - b) Comunicação/termo de responsabilidade do Encarregado de Educação;
3. Os alunos que não forem às visitas de estudo permanecem no Externato em atividades livres.

Capítulo 10. Plano de emergência e exercícios de evacuação

Artigo 38.º **(plano de emergência)**

1. O Plano de emergência deverá ser amplamente divulgado à Comunidade Escolar e por todos respeitado.
2. O Plano de emergência é atualizado sempre que as modificações ou alterações efetuadas na escola o justifiquem.
3. O Plano de emergência, de acordo com a legislação em vigor, deverá ser periodicamente objecto de simulação, preferencialmente durante o 1.º ou 2.º períodos letivos.



Artigo 39.º

(exercícios de evacuação)

1. Anualmente serão efetuados exercícios de evacuação, em dia e hora a marcar pelo coordenador do plano de emergência e em colaboração com os Bombeiros.

Capítulo 11. Calendário escolar/ Organização das atividades letivas

Artigo 40.º

(Calendário Escolar)

1. No presente ano letivo, o Despacho nº. 8294-A/2016, de 24 de junho de 2016, retificado pela Declaração de Retificação nº. 1125/2016, fixa o Calendário Escolar de cada ano letivo, nomeadamente, os limites de duração dos períodos letivos e das interrupções letivas.

Como tal:

Calendário das Atividades Letivas – 2105/2016			
Períodos escolares			
1ºPeríodo	Início...	15 de setembro de 2016	
	Fim ...	16 de dezembro de 2016	
2ºPeríodo	Início...	3 de janeiro de 2017	
	Fim ...	4 de abril de 2017	
3ºPeríodo	Início...	19 de abril de 2017	
	Fim ...	Pré-escolar	30 de junho de 2017
		1ºCiclo	23 de junho de 2017
Interrupções Letivas			
1ªInterrupção	De 19 de dezembro de 2016 a 02 de janeiro de 2017 (Natal)		
1ªInterrupção	De 27 de fevereiro a 1 de março de 2017 (Carnaval)		
1ªInterrupção	De 5 a 18 de abril de 2017 (Páscoa)		

Artigo 41.º

(Organização das Atividades Letivas)

1. O início das aulas é assinalado por um único toque.
2. No pré-escolar, a criança deve ser entregue à educadora ou à vigilante.
3. No 1.º ciclo, os encarregados de educação devem entregar os seus educandos à vigilante que se encontra na sala polivalente/refeitório.
4. No 1º ciclo, a vigilância das crianças, no período de recreio, é efetuada pelo professor e pela vigilante.



5. É marcada falta aos professores que não se encontrem na sala de aula após o toque.
6. É marcada falta aos alunos que não se encontrem na sala de aula após o toque.
7. As aulas terminam com um toque de campainha.
8. Não é permitido aos alunos permanecer na sala de aula sem o professor, durante os intervalos.
9. O professor é o primeiro a entrar na sala de aula e o último a sair.
10. Durante o funcionamento da aula o professor é responsável pela ordem e deverá participar quaisquer anomalias que verifique.

PARTE IV – Educação Pré-escolar e 1ºCiclo do Ensino Básico

Capítulo 12. Educação Pré-escolar

Artigo 42.º

(Educação Pré-escolar)

1. De acordo com a Lei-quadro, Lei nº5/97 de 10 de fevereiro, “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário. “
2. As principais orientações normativas relativas à avaliação na Educação Pré-Escolar estão consagradas no Despacho nº 5220/97 de 4 de Agosto (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar) e no Ofício Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, de 17 de Outubro da DGIDC (Gestão do Currículo na Educação Pré-escolar). As orientações nelas contidas articulam-se com o Decreto-Lei nº 241/2001 de 30 de Agosto (Perfil Específico de Desempenho Profissional do Educador de Infância), devendo também ter em consideração as Metas de Aprendizagem definidas para o final da educação pré-escolar.
3. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.
4. Constituem objetivos da educação pré-escolar:
 - a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspetiva de educação para a cidadania;
 - b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
 - c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
 - d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;



- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

5. Deve o Educador participar na elaboração do Projeto Educativo do Externato e conceber e gerir o Projeto Curricular de Turma, devendo sempre orientar-se pelas orientações Curriculares para a educação pré-escolar. A organização do ambiente educativo, como suporte do trabalho curricular e da sua intencionalidade, compreende a organização do grupo, do espaço e do tempo, a relação com os pais e outros parceiros educativos.

6. Conforme o disposto na Circular nº4/DGICD/DSDC/2011, de 11 de abril, a Avaliação na Educação Pré-escolar, “assume uma dimensão marcadamente formativa, desenvolvendo-se num processo contínuo e interpretativo que procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando. A avaliação formativa é um processo integrado que implica o desenvolvimento de estratégias de intervenção adequadas às características de cada criança e do grupo, incide preferencialmente sobre os processos, entendidos numa perspetiva de construção progressiva das aprendizagens e de regulação da ação. Avaliar assenta na observação contínua dos progressos da criança, indispensável para a recolha de informação relevante, como forma de apoiar e sustentar a planificação e o reajustamento da ação educativa, tendo em vista a construção de novas aprendizagens.”

7. O Pré-Escolar desenvolve os seus planos de atividade pedagógica orientados pela Educadora dentro do horário do Externato, de acordo com as Metas de Aprendizagem estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além das Educadoras e das Vigilantes que lhes dão apoio, têm professores especializados para as seguintes disciplinas:

- a) Expressão Musical; (Protocolo estabelecido entre o Externato e o Conservatório de Música de Sintra)
- b) Projeto Psicopedagógico inserido no domínio da Formação Pessoal e Social visando a conduta de valores transmitidos aos alunos fomentando a relação escola/família.

8. O Projeto Psicopedagógico dinamizado pela Psicóloga Escolar e pela Educadora titular é desenvolvido perspetivando a valorização dos alunos, promovendo um acompanhamento regular com os encarregados de Educação, tendo sempre em conta a relação Pais/filhos. O projeto proporciona momentos de desenvolvimento educativo e de aprendizagem, assumindo um papel fundamental na partilha de experiências em contexto de sala de aula, sendo este um fator de relevo do externato.



Artigo 43.º

(Matrizes do Pré-escolar)

2. Em cumprimento da Portaria n.º 59/2014, de 7 de março, coloca-se em anexo (**Anexo I**) a Matriz curricular, em regime de monodocência, aprovada para o Pré-escolar em Conselho Pedagógico, assim como o Horário do Pré-escolar (**Anexo II**)

Artigo 44.º

(Avaliação no Pré-escolar)

1. Deve o Educador no início do ano letivo proceder a avaliação diagnóstica, tendo em vista a caracterização do grupo e de cada criança. A avaliação diagnóstica pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa, de forma a permitir a adoção de estratégias de diferenciação pedagógica, contribuindo também para a elaboração, adequação e reformulação do Plano de trabalho de grupo e ainda para facilitar a integração da criança no contexto educativo.
2. No processo de avaliação, para além do educador, intervêm:
 - a) a(s) criança(s) – a avaliação realizada com as crianças é uma atividade educativa, que as implica na sua própria aprendizagem, fazendo-as refletir sobre as suas dificuldades e como as superar;
 - b) a equipa – a partilha com todos os elementos da equipa (outros docentes, vigilantes, Professor de Música e Psicóloga Educacional) com responsabilidades na educação da criança permite ao educador um maior conhecimento sobre ela;
 - c) os encarregados de educação – a troca de opiniões com a família permite não só um melhor conhecimento da criança e de outros contextos que influenciam a sua educação, como também, promove uma atuação concertada entre o jardim de infância e a família;
 - d) Docente de educação especial (profissional que participou na elaboração e implementação do PEI do aluno);
 - e) os Órgãos de Gestão – os dados da avaliação realizados pelo Departamento Curricular da EPE, deverão estar na base das orientações e decisões, bem como, na mobilização e coordenação dos recursos educativos existentes.
3. Em cada período, compete ao Educador produzir um registo de observação regido pelos critérios de avaliação (**anexo III**) aprovados pelo Conselho Pedagógico de acordo com o estipulado com a informação global das aprendizagens mais significativas de cada criança, realçando o seu percurso, evolução e progressos, a ser entregue na Reunião de País.
4. No final do ano, compete ao Educador elaborar o Relatório de Avaliação do Plano de trabalho de Grupo, e além do descrito do ponto anterior, comunicar aos Pais/Encarregados de Educação, bem como aos educadores/professores o que as crianças sabem e são capazes de fazer.



Capítulo 13. Articulação entre a Educação Pré-escolar e o 1ºCiclo

Artigo 45.º

(Articulação entre a Ed. Pré-escolar e o 1ºCiclo – Momentos de avaliação)

1. De acordo com o Despacho nº 11120-A/2010 de 6 de Julho, os tempos dedicados à avaliação (3 dias) são obrigatoriamente coincidentes com os períodos de avaliação estipulados para os outros níveis de ensino, por forma a permitir a articulação entre os educadores de infância e os docentes do 1.º ciclo do ensino básico, e tendo como objetivo a passagem de informação integrada sobre as aprendizagens e os progressos realizados por cada criança, a sequencialidade e a continuidade educativas, promotoras da articulação curricular.
2. No final de cada período é necessário:
 - a) a avaliação do Plano Anual de Atividades em articulação com o 1ºciclo do ensino básico;
 - b) a avaliação do Plano de trabalho de grupo;
 - c) a avaliação do PEI;
 - d) a avaliação das aprendizagens das crianças;
 - e) a avaliação das atividades desenvolvidas na Componente de Apoio à Família;
 - f) a informação descritiva aos encarregados de educação sobre as aprendizagens e os progressos de cada criança.
3. No período de encerramento do ano letivo, além das alíneas anteriores dever-se-á assegurar também:
 - a) a articulação com o 1º CEB dos Processos Individuais das Crianças que transitam para este nível de ensino;
 - b) a elaboração do relatório circunstanciado definido no artigo n.º 13 do DL n.º 3/2008
 - c) a preparação do ano letivo seguinte.

Capítulo 14. 1ºCiclo do Ensino Básico

Artigo 46.º

(1ºCiclo do Ensino Básico)

1. O Objeto, o âmbito, o Currículo e os Princípios orientadores do 1ºCiclo do Ensino Básico encontram-se definidos pelos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-lei 91/2013 de 10 de julho.
2. A organização do currículo encontra-se definida de acordo com o previsto no nº3 do artigo 37º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei nº152/2013, de 4 de novembro, bem como o respeito pelas normas constantes na Portaria nº59/2014 de 7 de Março.



3. O 1ºCiclo obedece ao Plano Curricular ditado pelo Ministério de Educação, no entanto, valoriza as áreas de Português e Matemática oferecendo mais horas letivas. Como oferta complementar de escola o Externato dispõe de Expressão Musical (Parceria com Estúdio 3), Língua estrangeira-Inglês (lecionada por professora especializada), Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Educação para a Cidadania desenvolvido pela Psicóloga Escolar. Os horários das turmas encontra-se em anexo. (**Anexo IV**)
4. A avaliação encontra-se definida de acordo com o Decreto-Lei nº139/2012, de 5 de julho alterado pelo Decreto-Lei nº91/2013, de 10 de Julho.

Artigo 47.º

(Matrizes do 1ºCiclo do Ensino Básico)

- f) Em cumprimento da Portaria n.º59/2014, de 7 de março, coloca-se em anexo (**Anexo V**) a Matriz curricular aprovada para o 1ºCiclo em Conselho Pedagógico.

Artigo 48.º

(Avaliação no 1ºCiclo)

3. A avaliação dos alunos é definida pela lei vigente, nomeadamente o Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro - estabelece princípios orientadores do currículo, da avaliação e da certificação.
4. Como aspeto fundamental do processo de ensino-aprendizagem a avaliação de competências e conteúdos impõe a total disponibilidade de professores e Direção Pedagógica para eventuais esclarecimentos.
5. A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.
6. A avaliação visa:
- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos Planos de Trabalho de Turma, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
 - b) Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo(a) aluno(a), no final de cada Ciclo e à saída do Ensino Básico, através da avaliação sumativa interna e externa;
 - c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.
7. Intervêm no processo de avaliação o professor, o aluno, o conselho de docentes no 1.º Ciclo, os órgãos de gestão da escola, o Encarregado de Educação e o docente de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo do aluno;



8. A avaliação é da responsabilidade dos professores, dos órgãos de Direção da escola, assim como dos serviços ou entidades designadas para o efeito.
9. A avaliação tem uma vertente contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao Encarregado de Educação e aos restantes intervenientes informação sobre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho.
10. Compete ao órgão de Direção da escola, sob proposta do professor titular de turma no 1.º Ciclo, com base nos dados da avaliação, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.
11. A escola deve assegurar as condições de participação dos alunos, dos Encarregados de Educação, dos profissionais com competência em matéria de apoios especializados e dos demais intervenientes, nos termos definidos no seu Regulamento Interno.
12. Os Pais/Encarregados de Educação intervêm na avaliação dos seus educandos através da participação nas reuniões com os Professores ou Educadores, acompanhando com regularidade o processo de ensino-aprendizagem e tomando conhecimento e fazendo cumprir, quando for caso disso, o que está definido nos Planos de Recuperação, Acompanhamento e Desenvolvimento, bem como no caso dos Alunos ao abrigo do Lei 21/2008, concordando com o PEI (Programa Educativo Individual).

Artigo 49.º

(Especificidade da Avaliação)

1. O Decreto-Lei nº139/2012 de 5 de julho e Despacho Normativo nº.13/2014 de 15 de setembro de 2014, estabelecem os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo do ensino básico.
2. A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, que permite a recolha de informações e a tomada de decisões.
3. A avaliação visa:
 - ❖ Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos;
 - ❖ Certificar os diversos conhecimentos adquiridos pelo aluno no final de cada ciclo e à saída do ensino básico;
 - ❖ Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo.
4. A avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis do ensino básico.
5. A avaliação diagnóstica conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projeto curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional. Pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulado com a avaliação formativa.



6. A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem, assim como das especificidades de cada área curricular disciplinar e não disciplinar.
7. A avaliação sumativa consiste na tomada de decisão sobre a progressão, retenção ou reorientação do percurso educativo do aluno.
8. A avaliação sumativa inclui a avaliação sumativa interna e a avaliação sumativa externa. A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo, é da responsabilidade do professor titular de turma e tem como finalidades informar o aluno e o seu Encarregado de Educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e conhecimentos do aluno e tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno;
9. No 1º ciclo, a informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se numa apreciação descritiva sobre a evolução do aluno, à exceção do 4º ano que se expressa numa classificação de 1 a 5, a Língua Portuguesa e a Matemática, devido às Provas Finais de Ciclo;
10. De acordo com o Decreto-Lei nº 24-A/2012 de 6 de dezembro, a Avaliação Sumativa Externa é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação.
11. A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a Progressão ou Retenção do aluno expressa através das menções, respetivamente de, Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e Aprovado ou Não Aprovado, no final de cada ciclo.

Artigo 50.º

(Nomenclatura)

Avaliação Formativa	
Qualitativa	Quantitativa (%)
Fraco	0-19
Não Satisfaz	20-49
Satisfaz Pouco	50-59
Satisfaz	60-74
Bom	75-89
Excelente	90-100



Artigo 51.º

(Critérios Gerais de Avaliação)

1. Até ao início do ano letivo, o Conselho Pedagógico da escola, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais do Ministério da Educação e Ciência, define os critérios de avaliação para o 1º Ciclo .
(Anexo VI).
2. Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo professor titular de turma no 1.º Ciclo.

Artigo 52.º

(Afixação de Pautas)

1. De acordo com o despacho normativo n.º13/2014, nos termos do n.º1 do artigo 16, as classificações no final de cada período letivo são registadas em pauta.
2. Procedemos à sua divulgação após ratificação em conselho pedagógico, três dias após o término de cada período. Serão afixadas no interior do externato, em local visível a toda a comunidade escolar durante o período de trinta dias após a data da afixação.

Artigo 53.º

(Certificação da avaliação)

1. De acordo com o previsto no artigo n.º 19.º do Despacho normativo n.º. 13/2014, a conclusão do ensino básico é certificada pelo diretor do externato através de um diploma que ateste a conclusão do ensino básico e de um certificado que ateste o nível de qualificação, discrimine as disciplinas e as respetivas classificações finais. De acordo com este artigo nos certificados constarão anexo com todas as atividades extracurriculares desenvolvidas pelo aluno.
2. Os certificados dos alunos abrangidos pelo artigo 14º. Do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, deverão conter comprovação das capacidades adquiridas e desenvolvidas pelo aluno nas disciplinas e áreas disciplinares específicas, no decurso do seu Plano Individual de Transição.



PARTE V – Direitos e Deveres da Comunidade Educativa

Capítulo 15. Direitos e deveres do pessoal não docente

O Corpo não docente é formado pelas Vigilantes, Cozinha e pelo Pessoal Administrativo. As Vigilantes estão integrados nos seguintes setores da Vigilância, Cozinha, Refeitório, Limpeza, Condução de Veículos, Conservação.

Artigo 54.º

(Direitos)

1. São direitos específicos do pessoal não docente:

- a) Ser respeitado por todos os elementos da comunidade escolar;
- b) Ser informado atempadamente de todos os assuntos do seu interesse, nomeadamente no que respeita ao seu processo administrativo e carreira profissional;
- c) Beneficiar de ações de formação para melhoria do desempenho das suas funções;

Artigo 55.º

(Deveres)

1. Para além dos deveres especiais do pessoal não docente, consagrados na legislação em vigor, definem-se ainda os seguintes deveres:

- a) Dar o seu contributo, participando na elaboração ou revisão do Projeto Educativo do Externato, do Regulamento Interno, Programa Eco-escolas e demais documentos orientadores da vida da comunidade escolar;
- b) Todo o pessoal auxiliar, juntamente com os docentes intervêm diretamente na formação integral dos alunos, por isso, a sua conduta deve ser exemplar e irrepreensível e contribuir para a construção da Comunidade Educativa. Procurar observar os princípios orientadores e objetivos do Projeto Educativo que visam um modo de ser e agir marcado pela “Simplicidade”, “Espírito de família” e “Espírito de serviço”.
- c) Viver relações interpessoais de amizade, interajuda, num clima simples e familiar entre todos os membros da comunidade educativa.
- d) Ser assíduo e pontual.
- e) Zelar pela limpeza e conservação das instalações.
- f) Justificar a sua falta e quando possível comunicar antecipadamente a sua ausência.
- g) Não abandonar o edifício e serviços que lhe sejam confiados, sem prévia autorização superior ou sempre que se justificar;



- h) Participar, por escrito, qualquer comportamento que se traduza no incumprimento dos deveres gerais e/ou específicos dos alunos;
- i) Informar a direção das faltas dadas pelos professores.
- j) Controlar a entrada e saída dos alunos no Externato;
- k) Controlar a entrada e a saída dos visitantes do Externato;
- l) Efetuar a vigilância dos espaços do Externato;
- m) Assegurar o bom funcionamento do Externato, dando apoio aos docentes em termos do material necessário às atividades letivas.
- n) Exercer a vigilância em festas, passeios ou outras atividades no exterior, sempre que necessário.
- o) Assumir tarefas de auxílio às Educadoras na sala de aula ou outros espaços sempre que aquelas o solicitem e sob sua orientação pedagógica.
- p) Nos recreios, ter uma atitude dinâmica, quer promovendo iniciativas que entretenham as crianças vigiando atentamente as brincadeiras, quer estimulando o ambiente de amizade entre todos.

Capítulo 16. Direitos e deveres do pessoal docente

O Corpo Docente é formado por Professores do 1ºCiclo do ensino Básico, Educadora de Infância, Psicóloga Educacional e professores de Educação Física, Musical e Inglês.

Artigo 56.º

(Direitos)

1. Além dos consignados na Lei do Estatuto da Carreira Docente, os Professores e Educadores, gozam dos seguintes direitos:

- a) Ser respeitado por todos os elementos da comunidade escolar;
- b) Dar o seu contributo, participando na elaboração ou revisão do Projeto Educativo da Escola, do Regulamento Interno e demais documentos orientadores da vida da comunidade escolar.
- c) Utilizar todos os meios que o externato dispõe para uma melhor consecução das estratégias pedagógicas planeadas.
- d) Ter acesso a toda a informação comunicada à escola no âmbito pedagógico e cultural.
- e) Poder formular sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços e da vida do Externato.
- f) Beneficiar e participar em Ações de Formação que concorram para o seu enriquecimento profissional e educativo.



- g) Privacidade no seu trabalho pedagógico dentro da sua sala de aula.
- h) Ser informado atempadamente de todos os assuntos do seu interesse, nomeadamente no que diz respeito ao seu processo administrativo.

Artigo 57.º

(Deveres)

1. São deveres específicos dos professores:

- a) Dar o seu contributo, participando na elaboração ou revisão do Projeto Educativo da Escola, do Regulamento Interno, Programa Eco-escolas e demais documentos orientadores da vida da comunidade escolar.
- b) Ser atuante fora do espaço da aula junto de alunos cujo comportamento desrespeite os deveres gerais e/ou específicos constantes do Regulamento Interno e, se necessário, fazer a respetiva participação ao diretor.
- c) Promover um bom relacionamento na sala de aula sendo sempre um exemplo de diálogo e tolerância.
- d) Garantir que os trabalhos e atividades letivas decorram em ambiente de disciplina e respeito.
- e) Em cada tempo letivo o professor é responsável pelo livro de ponto da turma e de outras atividades que façam parte do seu horário, devendo registar o sumário e as faltas dos alunos;
- f) Cumprir o seu horário no que diz respeito a tempos letivos e não letivos, não procedendo a alterações sem autorização do diretor.
- g) Comunicar por escrito e em impresso próprio ao diretor de turma qualquer situação considerada desviante por parte dos alunos, recorrendo a uma das seguintes formas:
 - Comunicação da ocorrência;
 - Participação disciplinar.
- h) Quanto à avaliação dos alunos, os professores devem respeitar os seguintes princípios:
 - No início do ano letivo informar os alunos e encarregados de educação sobre o regime, critérios de avaliação e nomenclatura da classificação dos elementos de avaliação.
 - Não proceder à realização de um teste de avaliação sumativa sem que todos os trabalhos de carácter formativo e anteriores testes de avaliação sumativa tenham sido entregues e comentados, a fim de permitir aos alunos uma melhor consecução dos objetivos da unidade didática.
 - A entrega e correção dos testes de avaliação sumativa não poderá, em caso algum, efetuar-se no período letivo seguinte ao que diz respeito aquela avaliação.
 - Todos os trabalhos realizados a expensas dos alunos devem ser-lhes devolvidos até à última semana do período a que dizem respeito e a devolução deve ocorrer na aula.



- i) Assumir os princípios orientadores e objetivos do Projeto Educativo e o Regulamento do Externato que tem como finalidade a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento pessoal e social, para que estes mais tarde possam desempenhar um papel ativo e responsável na sociedade, educando assim para a cidadania.
- j) Atuar de uma forma simples e familiar, estabelecendo e mantendo relações interpessoais saudáveis entre comunidade educativa.
- k) Elaborar o Plano de Atividades e planear as aulas e ministrar os conteúdos programáticos dentro do plano de ensino.
- l) Desempenhar as suas funções seguindo a ética profissional.
- m) Trabalhar em espírito de equipa.
- n) Responder pelo cumprimento de todas as tarefas que concorrem para a ação educativa, perante a Diretora Pedagógica.
- o) Cultivar uma maior qualidade e competência educativa.
- p) Participar sempre que possível nas atividades e iniciativas do externato. Quando possível comunicar antecipadamente a ausência à Diretora Pedagógica.
- q) Fornecer à Diretora Pedagógica nas datas previstas e/ou solicitadas, as informações de aproveitamento e comportamento dos seus alunos.
- r) Apresentar-se às aulas à hora marcada para o regular início das mesmas, retirando-se só depois do tempo regulamentar, de acordo com as normas vigentes.
- s) Comparecer às reuniões convocadas pela Direção.
- t) Colaborar em todas as ações que possam concorrer para o progresso e bom funcionamento do Externato.
- u) Zelar pela ordem e conservação das instalações e do material escolar.
- v) Promover atividades e experiências pedagógicas. Dar conhecimento dessas iniciativas à Direção e solicitar autorização quando necessário.
- w) Sensibilizar os alunos para a necessidade de conservação e limpeza das instalações e do material escolar.
- x) Atender Pais/Encarregados de Educação sempre que houver necessidade e à hora marcada.
- y) Promover e conduzir reuniões de Encarregados de Educação.
- z) Zelar pelo bom funcionamento da turma, tanto no que se refere ao bom comportamento e à disciplina como no aproveitamento e sua convivência.



Artigo 58.º

(Avaliação do desempenho docente)

1. De acordo com o n.º 1 do artigo 40.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, a avaliação do desempenho do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios consagrados no artigo 39.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública, incidindo sobre a atividade desenvolvida e tendo em conta as qualificações profissionais, pedagógicas e científicas do docente.
2. Segundo o artigo 42.º do diploma acima referido, a avaliação do desempenho concretiza-se nas seguintes dimensões:
 - a) Vertente profissional, social e ética;
 - b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
 - c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
 - d) Desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.
3. O regime do sistema de avaliação encontra-se estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 26/ 2012 de 21 de fevereiro, com as especificações contidas nos Despachos n.º 13981/ 2012 de 26 de outubro e 24/2012 de 26 de outubro.

Capítulo 17. Direitos e deveres dos Pais e Encarregados de Educação

Artigo 59.º

(Direitos)

1. Para além das normas definidas na legislação em vigor, deve-se ter em consideração os seguintes direitos dos pais e encarregados de educação:
 - a) Ser representado, ou ser eleito junto dos diferentes órgãos do Externato;
 - b) Ser informado das normas estatuídas no Regulamento Interno do Externato;
 - c) Integrar o Conselho Pedagógico, através dos seus Representantes.
 - d) Ser informado do dia e hora de atendimento dos Professores Titulares/Educadores do seu educando;
 - e) Recorrer ao órgão de gestão sempre que o assunto a tratar ultrapasse a competência do Professor Titular/Educador de Turma;
 - f) Ser informado sobre qualquer procedimento disciplinar que recaia sobre o seu educando;
 - g) Ser ouvido quando o procedimento disciplinar envolver atividades de integração na escola;
 - h) Dar parecer sobre os relatórios de recuperação/retenção dos seus educandos;
 - i) Participar nas reuniões para as quais for convocado;



- j) Ser informado sobre o percurso escolar do seu educando, nomeadamente, a nível da assiduidade, comportamento e aproveitamento;
- k) Ser convidado a participar em projetos/atividades do externato que visem a dinamização dos laços escola/família;
- l) Justificar as faltas do seu educando ao abrigo da legislação em vigor;
- m) Ser informado, pelo professor titular da turma/Educador, sobre o Projeto Curricular de Turma, logo que este seja aprovado;
- n) Ser informado durante o ano letivo sobre o percurso/comportamento do seu educando nas atividades de enriquecimento curricular (1.º ciclo);

Artigo 60.º

(Responsabilidade dos pais ou encarregados de educação)

1. Aos pais ou encarregados de educação, de acordo com o previsto no artigo 43.º da Lei nº51/2012, de 5 de setembro, incumbe uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos no interesse destes e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.
2. Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais ou encarregados de educação, em especial:
 - a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino na escola;
 - c) Diligenciar para que o seu educando beneficie, efetivamente, dos seus direitos e cumpra rigorosamente os deveres que lhe incumbem, nos termos do Estatuto do aluno, procedendo com correção no seu comportamento e empenho no processo de ensino;
 - d) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola;
 - e) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino dos seus educandos;
 - f) Reconhecer e respeitar a autoridade dos professores no exercício da sua profissão e inculcar nos seus filhos ou educandos o dever de respeito para com os professores, o pessoal não docente e os colegas da escola, contribuindo para a preservação da disciplina e harmonia da comunidade educativa;
 - g) Contribuir para o correto apuramento dos factos em procedimento de índole disciplinar instaurado ao seu educando, participando nos atos e procedimentos para os quais for notificado e, sendo aplicada a este medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
 - h) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e psicológica de todos os que participam na vida da escola;



i) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando -a e informando -se sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;

j) Comparecer na escola sempre que tal se revele necessário ou quando para tal for solicitado;

k) Conhecer o Estatuto do Aluno, bem como o regulamento interno da escola e subscrever declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;

l) Indemnizar a escola relativamente a danos patrimoniais causados pelo seu educando;

m) Manter constantemente atualizados os seus contactos telefónico, endereço postal e eletrónico, bem como os do seu educando, quando diferentes, informando a escola em caso de alteração.

3. Os pais ou encarregados de educação são responsáveis pelos deveres dos seus filhos e educandos, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina.

4. Os pais ou encarregados de educação devem ainda:

a) Comparecer na Escola sempre que for convocado e na hora de atendimento do Professor Titular/Educador.

b) Colaborar com o Professor Titular/Educador na procura de soluções para problemas surgidos envolvendo o seu educando, reconhecendo e respeitando a autoridade do professor;

c) Acompanhar as atividades do seu educando incentivando-o no estudo e no cumprimento das normas da escola.

d) Utilizar a caderneta escolar, como forma de comunicação com o externato, sempre que necessite de comunicar algo ao Professor Titular/Educador e não o possa fazer no horário de atendimento.

e) Cumprir o horário escolar definido pelo Externato, sendo responsáveis pelos deveres dos seus filhos e educandos, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina em todas as atividades escolares ou de enriquecimento curricular;

f) Providenciar para que o seu educando não traga para a escola quaisquer objetos que envolvam riscos para a integridade física dos membros da comunidade educativa.

g) Colaborar com os órgãos de gestão e restantes elementos da comunidade educativa, no âmbito do percurso educativo do seu educando.

h) Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente, através da promoção de regras de convivência e de participação na escola.

i) Proceder à justificação das faltas do seu educando dentro do prazo e das normas definidas.

j) Conhecer o Projeto Curricular de Turma e colaborar no que for possível.

l) Participar em projetos/atividades de escola que visem a dinamização dos laços escola/família.

k) Assumir a responsabilidade de que o seu educando se apresente na escola com o material escolar (incluindo o informático) em boas condições de utilização.

m) Respeitar todos os elementos da comunidade educativa.

n) Devolver com brevidade possível, peças de vestuário ou objetos que não lhe pertençam, caso algum aluno as tenha levado para casa;

o) Ter em atenção a não interrupção das aulas durante os tempos letivos;

p) Providenciar que o seu educando compareça diariamente no Externato com bibe, com dignidade e asseio;



Artigo 61.º

(Incumprimento dos deveres por parte dos pais ou encarregados de educação)

1. De acordo com o artigo 44.º da Lei nº51/2012, de 5 de setembro, o incumprimento pelos pais ou encarregados de educação, relativamente aos seus filhos ou educandos menores ou não emancipados, dos deveres previstos no artigo anterior, de forma consciente e reiterada, implica a respetiva responsabilização nos termos da lei e do presente Estatuto.
2. Constitui incumprimento especialmente censurável dos deveres dos pais ou encarregados de educação:
 - a) O incumprimento dos deveres de matrícula, frequência, assiduidade e pontualidade pelos filhos e ou educandos, bem como a ausência de justificação para tal incumprimento, nos termos dos n. 2 a 5 do artigo 16.º da Lei nº51/2012, de 5 de setembro;
 - b) A não comparência na escola sempre que os seus filhos e ou educandos atinjam metade do limite de faltas injustificadas, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º, ou a sua não comparência ou não pronúncia, nos casos em que a sua audição é obrigatória, no âmbito de procedimento disciplinar instaurado ao seu filho ou educando, nos termos previstos nos artigos 30.º e 31.º da Lei nº51/2012, de 5 de setembro ;
 - c) A não realização, pelos seus filhos e ou educandos, das medidas de recuperação definidas pela escola nos termos do presente Estatuto, das atividades de integração na escola e na comunidade decorrentes da aplicação de medidas disciplinares corretivas e ou sancionatórias, bem como a não comparência destes em consultas ou terapias prescritas por técnicos especializados.
3. O incumprimento reiterado, por parte dos pais ou encarregados de educação, dos deveres a que se refere o número anterior, determina a obrigação, por parte da escola, de comunicação do facto à competente comissão de proteção de crianças e jovens ao Ministério Público, nos termos previstos no Estatuto do Aluno.

Capítulo 18. Direitos e deveres dos Alunos

Artigo 62.º

(Processo Individual do Aluno)

1. O Processo individual do aluno, de acordo com a Lei nº51/2012, de 5 de setembro, acompanha-o ao longo de todo o percurso escolar, sendo devolvido aos pais ou Encarregado de Educação ou, se maior de idade, ao aluno, no termo da escolaridade obrigatória.
2. São registadas, no processo individual do aluno, as informações relevantes do seu percurso educativo:
 - a) Os elementos fundamentais de identificação do aluno;
 - b) Os registos de avaliação;
 - c) Relatórios médicos e/ou de avaliação psicológica, quando existam;



- d) Planos e relatórios de apoio pedagógico, quando existam;
- e) O Programa Educativo Individual ou Currículo Específico Individual, no caso de o aluno ser abrangido pela modalidade de educação especial;
- f) Uma autoavaliação do aluno, no final de cada ano, com exceção do 1º e 2º anos, de acordo com critérios definidos pelo estabelecimento de ensino;
- g) Informação relativa a comportamentos meritórios;
- h) Informação de medidas disciplinares sancionatórias aplicadas e seus efeitos;
- i) Outros elementos considerados relevantes para a evolução e formação do aluno.

3. De acordo com cada caso será o seguinte o procedimento para consulta:

- a) Dossiers do próprio ano – todos os professores da turma têm acesso livre ao dossier. Terão, igualmente, acesso ao processo, os pais/encarregados de educação e os alunos, desde que acompanhados pelo professor titular da turma, no caso do 1º ciclo;
- b) Dossiers relativo a anos anteriores – todos os diretores de turma têm acesso livre a estes documentos. Os alunos poderão consultar o seu processo, acompanhados do respetivo Diretor de turma. Outros elementos da comunidade educativa têm direito a aceder ao processo, desde que o solicitem, por escrito, ao diretor, justificando os fins a que se destina a consulta;
- c) Nenhum documento pode ser retirado dos dossiers nem alterada a sua ordem. As informações contidas no processo individual do aluno, referentes a matéria disciplinar e de natureza pessoal e familiar, são estritamente confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo, todos os membros da comunidade educativa que a elas tenham acesso.

Artigo 63.º

(Responsabilidade do Aluno)

1. Os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pelos direitos e deveres que lhes são conferidos pelo Estatuto do Aluno, pelo Regulamento interno da Escola e demais legislação aplicável.
2. A responsabilidade disciplinar dos alunos implica o respeito integral do Estatuto do Aluno, do Regulamento Interno da Escola, do Património da mesma, dos demais alunos, funcionários e dos professores.
3. Os alunos não podem prejudicar o direito à educação dos restantes alunos.



Artigo 64.º

(Direitos)

1. Conforme o consignado na Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, e neste Regulamento interno, são direitos do aluno:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da Comunidade Educativa;
- b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade, em condições efetivas de igualdade de oportunidades, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;
- c) Usufruir de um ambiente e de um projeto educativo que lhe proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade;
- d) Ver reconhecido e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- e) Ser reconhecido por ações meritórias em favor da comunidade ou da sociedade em geral, praticadas dentro ou fora da escola;
- f) Usufruir de um horário adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares;
- g) Beneficiar de apoios concretos no âmbito dos serviços de ação social escolar;
- h) Poder usufruir de prémios que distingam o mérito;
- i) Beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas necessidades escolares ou às suas aprendizagens, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo;
- j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;
- k) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
- l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
- m) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno;
- n) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do regulamento interno da escola;
- o) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola, em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
- p) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;



- q) Ser informado sobre o Regulamento Interno da Escola e, por meios a definir por esta e em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais da cada disciplina ou área disciplinar, os processos e critérios de , bem como sobre matrícula, abono de família e apoios socioeducativos, normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;
- r) Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do regulamento interno;
- s) Participar no processo de avaliação, nomeadamente através dos mecanismos de auto e heteroavaliação.
- t) Beneficiar de medidas adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares.

Artigo 65.º

(Direitos específicos)

1. Para além dos direitos gerais apresentados na legislação em vigor, os alunos gozam ainda dos seguintes direitos específicos:

- a) Ser informado do presente regulamento interno através da distribuição de uma súmula, no início do ano letivo;
- b) Receber no início de cada ano letivo um guia com informações específicas quanto ao funcionamento geral da escola, tais como serviços e horários de atendimento, planta da escola, calendário escolar, horário de início e final das aulas;
- c) Ser informado sobre o regime, critérios de avaliação e nomenclatura da classificação dos elementos de avaliação, assim como pelo professor titular, do regime de assiduidade e procedimentos disciplinares;
- d) Receber todos os testes e outros trabalhos de avaliação, numa sala de aula e em tempo letivo, antes do final de cada período;
- e) Tomar iniciativas, sobretudo em conjunto com outros colegas e sob autorização do diretor, tendentes à concretização dos objetivos culturais e formativos da escola e integrados no seu Projeto Educativo;
- f) Ser atendido pelo diretor quando o assunto, pela sua urgência ou natureza, não possa ser resolvido pelo professor titular;
- g) Participar de forma ativa no Projeto Curricular de Turma;

Artigo 66.º

(Direito de representação)

1. Os representantes dos alunos são eleitos pelos seus pares. O processo de eleição deverá ser preparado na área curricular não disciplinar de Formação Cívica.



2. Os representantes dos alunos têm o direito de solicitar reuniões de turma com o professor titular para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma.
3. O Delegado e/ou o Subdelegado de cada turma representarão a mesma nas reuniões convocadas pelo Diretor.

Artigo 67.º

(Deveres do Aluno)

1. Conforme o consignado na Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, e neste Regulamento interno, são deveres do aluno:
 - a) Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;
 - b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
 - c) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino e aprendizagem;
 - d) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa;
 - e) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
 - f) Respeitar as instruções dos professores e do pessoal não docente;
 - g) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
 - h) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
 - i) Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa;
 - j) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
 - k) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
 - l) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
 - m) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do Encarregado de Educação ou da direção da escola;
 - n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
 - o) Conhecer e cumprir o estatuto do aluno, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o regulamento interno da mesma, subscrevendo declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
 - p) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
 - q) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos, passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a terceiros;



- r) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, walkman, beep, mp3 ou qualquer outro objeto eletrónico, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas.
- s) Não captar sons ou imagens, designadamente de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévias dos professores e do diretor do externato.
- t) Não difundir, no externato ou fora dele, nomeadamente via internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor do externato.
- u) Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual.
- v) Apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras definidas pelo externato.
- w) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações do externato ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados.

Artigo 68.º (deveres específicos)

1. A responsabilização do aluno enquanto elemento da comunidade educativa implica para além dos deveres gerais, previstos na legislação em vigor, os seguintes deveres específicos:
 - a) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito do trabalho escolar, mostrando conhecimento do Estatuto do aluno;
 - b) Em caso de atraso dirigir-se de imediato à sala de aula onde deve permanecer até ao final;
 - c) Não correr nas escadas ou noutros recintos em que possa provocar algum acidente;
 - d) No caso da não comparência do professor, os alunos serão distribuídos pelas restantes turmas;
 - e) Toda a correspondência enviada ao encarregado de educação, através do aluno e que implique retorno, deve ser prontamente entregue ao professor titular ou a quem for o responsável por essa correspondência;
 - f) Sempre que o encarregado de educação ou um professor utilize a caderneta escolar (ensino básico) para enviar alguma mensagem, o aluno deverá apresentar prontamente a caderneta a quem esta é dirigida;
 - g) Trazer o material escolar necessário, em boas condições de utilização, identificando-o com o nome, número e turma, assim como a caderneta escolar.
 - h) Manter os cadernos diários organizados e em dia, devendo deles também constar todos os testes e trabalhos de avaliação, devidamente rubricados pelo encarregado de educação;
 - i) Não utilizar tinta corretora, a não ser que tal seja autorizado pelo professor;
 - j) Não entrar ou sair da sala de aula sem autorização do professor, nem se ocupar com trabalhos estranhos à mesma;



- k) Durante a realização de atividades fora do recinto escolar, por exemplo visitas de estudo, o aluno deve respeitar todas as indicações dadas pelos professores;
- l) Respeitar as normas dos espaços que tenham regulamento próprio;
- m) Participar na eleição dos seus representantes e colaborar com eles;
- n) O aluno deve respeitar as seguintes regras, em sala de aula:
 - 1. Entrar de forma ordeira na sala de aula e dirigir-se ao seu lugar;
 - 2. Ter consigo o material escolar necessário para a disciplina;
 - 3. Não conversar com outros alunos durante a aula, exceto nas situações autorizadas;
 - 4. Intervir, levantando o braço e aguardando a sua vez;
 - 5. Sair do seu lugar, após o professor ter dado por terminada a aula;
 - 6. Usar uma linguagem adequada à sala de aula;
 - 7. Não entrar nem permanecer nas salas de aula a comer, mascar pastilhas elásticas e com o boné ou gorro na cabeça;
 - 8. Não permanecer nos blocos enquanto decorrem aulas.

Artigo 69.º

(dever de frequência e assiduidade)

- 1. De acordo com a legislação em vigor, artigo 13º da Lei nº51/2012, os alunos para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade e pontualidade.
- 2. Os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis conjuntamente com estes pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior.
- 3. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno, quer a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, quer uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, de acordo com a sua idade, ao processo de ensino e aprendizagem.
- 4. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.
- 5. Mensalmente será enviado aos Pais ou Encarregados de Educação uma ficha de comportamento/atitude com a informação acerca das atitudes, pontualidade, comportamento, cumprimento de tarefas, ..., de forma a ficarem informados acerca do Educando.



Capítulo 19. Faltas e efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas

Artigo 70.º **(faltas e sua natureza)**

1. Considera-se falta, de acordo com a legislação em vigor, a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória, ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessário.
2. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.
3. As faltas são registadas pelo professor titular em suportes administrativos adequados.
4. As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medidas sancionatórias consideram-se faltas injustificadas.

Artigo 71.º **(Dispensa da atividade física)**

1. O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
2. O aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.

Artigo 72.º **(Justificação de faltas)**

1. De acordo com o artigo 16º. Da Lei 51/2012, de 5 de setembro, são consideradas faltas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a) Doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação quando determinar um período igual ou inferior a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis;
 - b) Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagioso de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
 - c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no estatuto dos funcionários públicos;
 - d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;



- e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g) Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
 - h) Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - i) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição;
2. O pedido de justificação das faltas é apresentado por escrito pelos Pais ou encarregado de educação ao professor titular de turma, com indicação do dia, hora e da atividade em que a falta ocorreu, referenciando-se os motivos justificativos da mesma, na caderneta escolar.
3. O professor titular da turma, deve solicitar, aos pais ou encarregado de educação, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.
4. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao terceiro dia útil subsequente à verificação da mesma.
5. Nos casos em que, decorrido o prazo referido no número anterior, não tenha sido apresentada justificação para as faltas, ou a mesma não tenha sido aceite, deve tal situação ser comunicada no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito, aos pais ou encarregados de educação pelo professor de turma.

Artigo 73.º **(Faltas injustificadas)**

1. De acordo com o artigo 17º. da Lei 51/2012, de 5 de setembro, as faltas são consideradas injustificadas quando:
- a) Quando não for apresentada justificação;
 - b) Quando a justificação ocorre fora do prazo legal (3 dias úteis);
 - c) Quando não seja aceite a justificação;
 - d) A marcação de falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória;
2. Na situação referida na alínea c) do ponto 1, a não aceitação da justificação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.



3. As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação pelo professor titular de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

Artigo 74.º **(Excesso grave de faltas)**

1. De acordo com o artigo 18º. da Lei 51/2012, de 5 de setembro, as faltas injustificadas não podem exceder 10 dias, seguidos ou interpolados, no 1º ciclo do ensino básico;
2. Quando for atingido metade do limite de faltas injustificadas, os pais ou encarregados de educação são convocados, pelo meio mais expedito, pelo professor titular de turma.
3. A notificação referida no número anterior deve alertar para as consequências da violação do limite de faltas injustificadas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade;
4. Caso se revele impraticável o referido no número anterior, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens deve ser informada de excesso de faltas do aluno menor, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pelo externato e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a falta de assiduidade.

Capítulo 20. Ultrapassagem dos limites de faltas

Artigo 75.º **(Efeitos da ultrapassagem do limite de faltas)**

1. Verificada a ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas, no ponto 1, alínea a, do artigo 18º. da Lei nº51/2012, de 5 de setembro, constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, de acordo com o estabelecido, podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do presente Estatuto.
2. O previsto no número anterior, não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação, nos termos do artigo 44º. E 45º. do Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012, de 5 de setembro).
3. Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou encarregados de educação e registadas pelo Professor Titular no processo individual do aluno.
4. A ultrapassagem do limite de faltas estabelecido no regulamento interno da escola relativamente às atividades de apoio ou complementares implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.



Artigo 76.º

(Medidas de recuperação e integração)

1. Para os alunos menores de 16 anos, a violação dos limites de faltas, pode obrigar o aluno ao cumprimento de atividades que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e ou a integração escolar e comunitária do aluno e pelas quais o aluno e encarregado de educação são corresponsáveis.
2. As atividades de recuperação da aprendizagem, quando a elas houver lugar, são decididas pelo professor titular de turma, de acordo com as regras aprovadas pelo conselho pedagógico.

Artigo 77.º

(Incumprimento ou ineficácia das medidas)

1. O incumprimento das medidas previstas no número anterior e a sua ineficácia ou impossibilidade de atuação determinam, tratando -se de aluno menor, a comunicação obrigatória do facto à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens ou, na falta desta, ao Ministério Público junto do tribunal de família e menores territorialmente competente, de forma a procurar encontrar, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno e à sua inserção social e socioprofissional, considerando, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para diferente percurso formativo.
2. A opção a que se refere o número anterior tem por base as medidas definidas na lei sobre o cumprimento da escolaridade obrigatória, podendo, na iminência de abandono escolar, ser aplicada a todo o tempo, sem necessidade de aguardar pelo final do ano escolar.
3. Caso a medida nº1 e nº2, não sejam possíveis por causa não imputável à escola, logo que definido pelo professor titular de turma, a retenção do aluno no ano de escolaridade respetivo, com a obrigação de frequência das atividades escolares até final do ano letivo.

Capítulo 21. Disciplina

Artigo 78.º

(Infração)

1. De acordo com a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 22.º, constitui infração disciplinar a violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no artigo 10.º, artigo 55.º do presente regulamento interno, de forma reiterada e ou em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, nos termos dos artigos seguintes.
2. A definição, bem como a competência e os procedimentos para a aplicação das medidas disciplinares corretivas e sancionatórias estão previstos, respetivamente, nos artigos 26.º e 27.º e nos artigos 28.º a 33.º da Lei nº51/2012 de 5 de setembro.



3. A aplicação das medidas disciplinares sancionatórias previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 28.º depende da instauração de procedimento disciplinar, nos termos estabelecidos nos artigos 28.º, 30.º e 31.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro.

Artigo 79.º **(Participação de ocorrência)**

1. De acordo com a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 23.º, o professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar deve participá-los imediatamente ao diretor do externato.
2. O aluno que presencie comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar deve comunicá-los imediatamente ao professor titular de turma, o qual, no caso de os considerar graves ou muito graves, os participa, no prazo de um dia útil, ao diretor da escola.

Artigo 80.º **(Finalidades das medidas disciplinares)**

1. De acordo com a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 24.º, todas as medidas disciplinares corretivas e sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos professores no exercício da sua atividade profissional e dos demais funcionários, bem como a segurança de toda a comunidade educativa.
2. As medidas corretivas e disciplinares sancionatórias visam ainda garantir o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e da sua aprendizagem.
3. As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e a gravidade da infração praticada, prosseguem igualmente finalidades punitivas.
4. As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola, nos termos do respetivo regulamento interno.

Artigo 81.º **(Determinação das medidas disciplinares)**

1. De acordo com a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 25.º, na determinação da medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar deve ter-se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias atenuantes e agravantes apuradas em que esse incumprimento se verificou, o grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.



2. São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno o seu bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o seu reconhecimento com arrependimento da natureza ilícita da sua conduta.
3. São circunstâncias agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, a gravidade do dano provocado a terceiros e a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência nelas, em especial se no decurso do mesmo ano letivo.

Artigo 82.º

(Medidas disciplinares corretivas)

1. De acordo com a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 26.º, as medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
2. Constituem medidas corretivas:
 - a) A advertência;
 - b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
 - c) realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades;
 - d) O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
 - e) mudança de turma.
3. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
4. Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
5. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.
6. Compete ao diretor identificar as atividades a executar pelo aluno.
7. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação pelo diretor, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do presente Estatuto.
8. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 é da competência do diretor do externato que, para o efeito, procede sempre à audição professor titular da turma a que o aluno pertença.



9. Compete ao diretor identificar as atividades, local e período de tempo durante o qual, as mesmas ocorrem e definir as competências e procedimentos a observar.

10. A aplicação das medidas corretivas, deve ser comunicada aos encarregados de educação dos alunos.

Artigo 83.º

(Atividades de Integração na escola ou na comunidade)

1. As atividades de Integração são as que constam na Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, artigo 27.º.

Artigo 84.º

(Medidas disciplinares sancionatórias)

1. Constituem medidas disciplinares sancionatórias, de acordo com o artigo 28.º, ponto 2, da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro:

- a) a repreensão registada;
- b) a suspensão por até 3 dias úteis;
- c) a suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;
- d) a transferência de escola;
- e) a expulsão da escola;

2. A aplicação da medida sancionatória rege-se pelo disposto no artigo 28.º, pontos 3, 4, 5, 6, 8,9 e 12, da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

Artigo 85.º

(Cumulação das medidas disciplinares)

1. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 2 do artigo 26.º da Lei 51/25012, de 5 de setembro, é cumulável entre si.

2. A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 86.º

(Medidas disciplinares sancionatórias – Procedimento disciplinar)

1. As medidas disciplinares sancionatórias e o procedimento disciplinar encontra-se definido no artigo 30.º da Lei 51/2012, de 5 de setembro.



Artigo 87.º **(Suspensão preventiva do aluno)**

1. A suspensão preventiva do aluno encontra-se definido no artigo 32.º da Lei 51/2012, de 5 de setembro.

Artigo 88.º **(Decisão Final)**

1. A Decisão final do procedimento disciplinar encontra-se definida no artigo 33.º da Lei 51/2012, de 5 de setembro.

Artigo 89.º **(Execução das medidas corretivas e disciplinares sancionatórias)**

1. De acordo com o artigo 34.º, Lei 51/2012, de 5 de setembro, o acompanhamento do aluno na execução da medida corretiva ou disciplinar sancionatória deverá ser efetuada pelo Professor Titular da turma devendo este articular a sua atuação com os pais ou encarregados de educação e equipa multidisciplinar.

PARTE V – DISPOSIÇÕES LEGAIS

Capítulo 22. Regulamento do Quadro de Honra e Quadro de Mérito

Os Quadros de Valor e Excelência destinam-se a tornar patente o reconhecimento dos alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Secundário que tenham evidenciado valor e excelência nos domínios cognitivo, social, pessoal ou cultural.

Artigo 90.º **(Quadro de Honra)**

1. O Quadro de Honra pretende reconhecer os alunos que se distingam pelo seu comportamento exemplar, de solidariedade e disponibilidade para com os colegas, de defesa do bom ambiente escolar e de correção para com professores e funcionários.
2. O Quadro de Honra pretende reconhecer os alunos que revelam excelentes resultados académicos, produzam trabalhos de grande qualidade e demonstrem empenho na realização de todas as atividades.
3. O Quadro de Honra deverá ser organizado por anos de escolaridade, no final de cada período, nele constando o nome, turma, percentagem obtida e fotografia do aluno.
4. São critérios de acesso ao Quadro de Honra:
 - a) A obtenção de “Excelente” em duas áreas curriculares e não podendo a restante ser inferior a “Bom”.
 - b) As grelhas de avaliação de comportamentos/attitudes em todos os itens têm de estar ao nível do Muito Bom.
 - c) Nenhum aluno poderá ser proposto para o Quadro de Honra se tiver sido objeto, nesse ano, de qualquer medida disciplinar. Não pode também apresentar faltas injustificadas.



- d) O Quadro de Honra será divulgado, em local apropriado, até quinze dias após a divulgação dos resultados escolares. Os alunos que integrem o Quadro de Honra receberão Diploma no final de cada Período e serão premiados por Prémio a definir anualmente. Aos alunos que integrem durante os 3 Períodos o Quadro de Honra será atribuído vale FNAC com valor a definir.

Artigo 91.º (Quadro de Mérito)

1. O Quadro de Mérito pretende reconhecer os alunos que se distingam pelo seu esforço para a aprendizagem (mesmo que não consigam alcançar os melhores resultados), comportamento exemplar, de solidariedade e disponibilidade para com os colegas, de defesa de bom ambiente escolar e de correção para com professores e funcionários.
2. O Quadro de Mérito deverá ser organizado por anos de escolaridade, no final de cada período, nele constando o nome, turma, fotografia do aluno e motivo pelo qual integra o Quadro de Mérito.
3. São critérios de acesso ao Quadro de Mérito:
 - a) O esforço desenvolvido de maneira exemplar para superação de dificuldades;
 - b) A manifestação de um espírito de interajuda relevante e continuado;
 - c) Revelar bom comportamento, a correção no trato com todos os elementos da Comunidade Educativa;
 - d) Uma apreciação global de "Bom", relativamente ao comportamento;
 - e) As grelhas de avaliação de comportamentos/attitudes nos itens da Pontualidade, Responsabilidade, Organização, Postura, Cooperação, Material, Concentração e Atividades Extra Aula têm de estar no nível Muito Bom. Todos os outros itens têm de estar ao nível Bom.
 - f) Nenhum aluno poderá ser proposto para o Quadro de Mérito se tiver sido objeto, nesse ano, de qualquer medida disciplinar. Não pode também apresentar faltas injustificadas.
 - g) O Quadro de Mérito será divulgado, em local apropriado, até quinze dias após a divulgação dos resultados escolares.
 - h) Os alunos que integrem o Quadro de Mérito receberão Diploma no final de cada Período e serão premiados por Prémio a definir anualmente.

Capítulo 23. Disposições Finais

A estrutura de gestão do **Externato Calimero** pretende traduzir a Organização e Funcionamento necessários e adequados a uma Educação Sadia, Respeitosa de Pessoas e funções. A Disciplina não deverá ser conseguida a partir de imposições, mas de uma norma de conduta que passe pelo incitamento de valores e pela adesão interna de cada um na construção da comunidade educativa.



Artigo 92.º

(Omissões)

Em todos os casos omissos neste Regulamento Interno, será aplicada a legislação em vigor ou, em caso de vazio legal, o Diretor decidirá.

Artigo 93.º

(Original)

O original do texto do Regulamento interno, devidamente homologado pelo Conselho Pedagógico, é confiado à guarda do Diretor.

Artigo 94.º

(Revisão do Regulamento Interno)

A aprovação e elaboração de novo Regulamento Interno deve verificar-se durante o 3º período escolar, para entrar em vigor no ano letivo seguinte, após a sua homologação.

Artigo 95.º

(Entrada em vigor)

O Regulamento interno entra em vigor logo que seja aprovado pelo Ministério de Educação.

Mem Martins, 1 de setembro de 2016

A diretora


(Patrícia Alexandra Parracho da Silva Gato)



Capítulo 24. Anexos



Anexo I – Matriz Curricular Pré-escolar

 Disciplinas	Pré-Escolar		
	3 anos	4 anos	5/6 anos
	Distribuição Semanal	Distribuição Semanal	Distribuição Semanal
	Horas	Horas	Horas
Linguagem Oral e Abordagem à Escrita	5h30m	5h30m	5h30m
Iniciação à Matemática	6h	6h	6h
Conhecimento do Mundo	3h30m	3h30m	3h30m
Formação Pessoal e Social	2h30m	2h30m	2h30m
Expressão Plástica	3h30m	3h30m	3h30m
Expressão Motora	2h30m	2h30m	2h30m
Expressão Dramática	30m	30m	30m
Expressão Musical	1h	1h	1h
Total:	25h	25h	25h

**Anexo II – Horário do Pré escolar**

Agenda Semanal do Pré-Escolar – Regime de Monodocência (25 horas semanais)					
Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
9:00H – 10:00 H	Formação Pessoal e Social	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita (Acolhimento/História)	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita (Acolhimento/História)	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita (Acolhimento/História)	Expressão Motora
10:00H – 11:30H	Expressão Motora	Iniciação à Matemática	Conhecimento do Mundo	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita	Formação Pessoal e Social
11:30H – 12:00 H	Intervalo (Rotinas)				
12:00 – 12: 45H	Almoço				
12:45 H – 13:30 H	Intervalo (Rotinas)				
13:30 H – 14:00H	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita	Expressão Plástica	Iniciação à Matemática	Expressão Dramática	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita
14:00H – 15:00H	Iniciação à Matemática	Conhecimento do Mundo	Expressão Plástica	Iniciação à matemática	Expressão Plástica
15:00H – 16:00H			Expressão Musical		

**Anexo III - Critérios Gerais de Avaliação do Pré-Escolar**

Domínios		Critérios	Indicadores	Apreciação Global
Expressões	Dramática/Teatro	Motricidade fina, Comunicação, Compreensão e Criatividade	Capacidade de Expressão e Comunicação Desenvolvimento da Criatividade Apropriação da linguagem elementar da expressão plástica, dramática, musical e dança	Qualitativa: 1. Excelente; 2. Bom; 3. Satisfaz; 4. Processo de aquisição; 5. Necessita de reforço;
	Música			
	Plástica			
	Motora	Motricidade fina e grossa	Deslocamentos e equilíbrios Perícia e Manipulação Jogos	
Formação Pessoal e Social		Conduta de Valores	Identidade/Auto estima Independência/Autonomia Cooperação Convivência pessoal /Cidadania Solidariedade/Respeito pela diferença	
Linguagem Oral e Abordagem à Escrita		Participação, compreensão e interpretação	Consciência fonológica Reconhecimento e escrita de palavras Conhecimento das convenções gráficas Compreensão de discursos orais e interação verbal	
Matemática		Raciocínio lógico – lúdico Matemático	Números e operações Geometria e medida Organização e tratamento de dados	
Conhecimento do Mundo		Conhecimento geral e Inter-relações	Localização no espaço e no tempo Conhecimento do ambiente natural e social Dinamismo das inter-relações natural – social	
Tecnologias da Informação e Comunicação		Pesquisa	Informação ; Segurança Produção; Comunicação	
Notas: 1. Os indicadores poderão ser alterados/ adaptados dentro de cada domínio, carecendo de posterior aprovação em reunião de conselho pedagógico. 2. Os Domínios e Critérios não poderão ser alterados. 3. Pode ocorrer que, no decurso de um período letivo, não sejam observáveis alguns critérios gerais de avaliação. Nesta situação, deve o Educador gerir a apreciação global acrescentando noutro domínio. Em qualquer dos casos, a avaliação do final do ano letivo deve ponderar todos os critérios da grelha. 4. Os critérios definidos para o Pré-escolar registam-se através de grelhas de observação diferenciadas pelas faixas etárias, no final de cada período.				

**Anexo IV – Horários do 1ºCiclo****Turma B – 1º e 4ºano**

a) Oferta de Escola – Expressão Musical e Língua Estrangeira - Inglês;

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
9:00 / 10:00	Expressão Físico-Motora	Matemática	Português	Inglês a)	Matemática
10:00 / 10:30				Português	
10:30 / 11:00	Intervalo				
11:00 / 11:30	Apoio ao Estudo	Matemática	Português	Português	Português
11:30 / 12:30	Educação para a Cidadania c)	Inglês a)			
12:30 / 13:30	Almoço				
13:30 / 14:15	Português	Estudo do Meio	Expressões Artísticas	Matemática	Estudo do Meio
14:15 / 15:00			Expressão Musical a)		
15:00 / 15:15	Intervalo				
15:15 / 16:30	Matemática	Português	Matemática	Matemática	T.I.C. b)

b) Oferta complementar de Escola – Tecnologias de informação e comunicação;

c) 45 minutos de Educação para a cidadania.



Turma A – 2º e 3ºano

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
9:00 / 10:00	Apoio ao Estudo	Inglês a)	Português	Português	Matemática
10:00 / 10:30	Educação para a Cidadania c)	Matemática			
10:30 / 11:00	Intervalo				
11:00 / 11:30	Expressão Físico-Motora	Matemática	Português	Português	Português
11:30 / 12:30				Inglês a)	
12:30 / 13:30	Almoço				
13:30 / 14:15	Português	Estudo do Meio	Expressão Musical a)	Matemática	Estudo do Meio
14:15 / 15:00			Expressões Artísticas		
15:00 / 15:15	Intervalo				
15:15 / 16:30	Matemática	Português	Matemática	Matemática	T.I.C. b)

a) Oferta de Escola – Língua Estrangeira - Inglês e Expressão Musical;

b) Oferta complementar de Escola - Tecnologias de informação e comunicação;

c) 45 minutos de Educação para a Cidadania.



Anexo V - Matriz Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico

 Disciplinas	1.ºano	2.ºano	3.ºano	4.ºano
	Distribuição Semanal	Distribuição Semanal	Distribuição Semanal	Distribuição Semanal
	Horas	Horas	Horas	Horas
Português	8h45m	8h45m	8h45m	8h45m
Matemática	8h45m	8h45m	8h45m	8h45m
Estudo do Meio	3h	3h	3h	3h
Expressão Plástica	45m	45m	45m	45m
Expressão Físico-motora	1h30m	1h30m	1h30m	1h30m
Expressão Dramática	45m	45m	45m	45m
Expressão Musical	45m	45m	45m	45m
Educação para a Cidadania	45m	45m	45m	45m
TIC (Tecnologia de informação e comunicação)	1h15m	1h15m	1h15m	1h15m
Inglês	2h	2h	2h	2h



Anexo VI - Critérios Gerais de Avaliação do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Critérios Gerais de Avaliação do 1º Ciclo do Ensino Básico						
Domínios	Ponderação	Critérios	Ponderação	Indicadores (1)		
Avaliação Formativa	20%	Responsabilidade, participação e cidadania	10%	Cumprimentos dos deveres escolares (assiduidade e pontualidade, material escolar, realização das tarefas em sala de aula e em casa, participação, concentração, cooperação, postura e autonomia).		
				Respeito pelas regras de conduta(respeito pelo outro, cooperação e conservação/limpeza dos espaços e materiais escolares).		
		Autonomia e espírito crítico	5%	Iniciativa Responsabilidade, organização, oportunidade e apresentação de trabalhos e caderno diário;		
				Recurso às TIC Para a realização de trabalhos que impliquem pesquisa, seleção, tratamento e mobilização de informação.		
				Perseverança No ritmo de trabalho, na realização do trabalho e do estudo, bem como superação das dificuldades.		
				Capacidade de auto e heteroavaliação		
				Domínio da Língua Portuguesa	5%	Oralidade Compreensão e expressão
		Escrita Compreensão e expressão				
		Conhecimento e capacidades / Metas Curriculares / Avaliação Sumativa	80%	Desenvolvimento das Aprendizagens	80%	Resultados das avaliações formativas (Aquisição, aplicação e mobilização de conhecimentos)
		Avaliação:			100%	
Notas:						
<div> 1. Os indicadores poderão ser alterados/ adaptados dentro de cada disciplina, carecendo de posterior aprovação em reunião de conselho pedagógico. 2. Os Domínios, Critérios e respetivas percentagens não poderão ser alterados. 3. Pode ocorrer que, no decurso de um período letivo, não sejam observáveis alguns critérios gerais de avaliação. Nesta situação, deve o professor comunicar ao aluno que o fator de ponderação previsto para esse critério será acrescentado noutro, dentro do mesmo domínio. Em qualquer dos casos, a avaliação do final do ano letivo deve ponderar todos os critérios da grelha. </div>						



Capítulo 25. Legislação em vigor

- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro
- Despacho Normativo nº 24-A/2012, de 6 de dezembro
- Circular nº4/DGICD/DSDC/2011, de 11 de abril
- Circular nº17/ DSDC/DEPEB/2007, de 17 de outubro da DGIDC
- Despacho nº 7104-A/2015, de 26 de junho
- Despacho nº39/SERE/88, de 12 de setembro
- Decreto –Lei nº139/2012, de 5 de julho
- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro alterado pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio
- Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro e Portaria nº 604/2008, de 9 de julho
- Lei nº5/97, de 10 de fevereiro
- Despacho 5220/97 de 4 de agosto
- Decreto-lei nº 241/2001 de 30 de agosto
- Regimento interno da Equipa Multidisciplinar/serviços técnico-pedagógicos
- Decreto-Lei nº.152/2013 de 4 de novembro
- Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho
- Despacho normativo n.º 13/2014
- Decreto-Lei n.º 176/2014
- Decreto-Lei n.º 91/2013
- Despacho n.º8294-A/2016, de 24 de junho de 2016
- Declaração de retificação n.º 1125/2016